

[04/2017]

Darcy Francisco Carvalho dos Santos
Economista

EVOLUÇÃO FINANCEIRA DOS ESTADOS, 2002-2016

[Este texto faz uma análise das finanças estaduais no período 2002-2016, destacando os dez principais estados que detêm mais de 72% da receita corrente líquida, com ênfase para o período governamental 2011-2014 e para o biênio 2015-2016].

www.darcyfrancisco.com.br

darcyfcs@terra.com.br

Fone: 0XX 51 33185656.

Resumo

Este trabalho analisa a evolução das finanças dos estados no período 2002-2016, enfatizando o período governamental 2011-2014 e o biênio 2015-2016, quando houve uma grande deterioração nas contas públicas.

Analisa a queda da receita e o aumento excessivo da despesa com pessoal (parte da qual está lançada em outras despesas correntes), que é a causa das mazelas financeiras e não o serviço da dívida, que constitui a grande reclamação dos estados.

Analisa também o aumento da despesa previdenciária, com incrementos anuais muito superiores ao da receita.

Destaca, ainda, o maior crescimento da receita nos estados menores, que tem como causa a maior arrecadação do ICMS. Fenômeno inverso ocorre nos estados mais industrializados, mais desenvolvidos.

Aprofunda a análise nos dez principais estados que detêm mais de 72% da receita corrente líquida nacional.

Analisa na conclusão também o efeito da negociação da dívida ocorrida em 2016 e a importância do Regime de Recuperação Fiscal que está sendo votado no Congresso Nacional, para os estados com maior crise

Por fim, conclui que a maior causa da crise fiscal dos estados é a **irresponsabilidade fiscal**.

Palavras-chave: Finanças públicas, déficit público, crise dos estados.

Sumário

PARTE I – ANÁLISE GLOBAL	3
1 Apresentação	3
2 Base de dados, metodologia e critérios	3
3. Análise global da receita dos Estados.....	6
3.1. Crescimento real da RCL dos estados entre 2002 e 2016	7
3.2 . Crescimento real do ICMS dos estados entre 2002 e 2016	9
3. Despesa global dos estados	10
3.1. Despesa global em % da RCL	11
3.2. Despesa com inativos e pensionistas	12
3.2.1. Explosão da despesa previdenciária nos estados	14
4. Indicadores de resultados globais	16
4.1. Margem para investir.....	16
4.2. Resultado primário e serviço da dívida	17
PARTE II – ESTADOS SELECIONADOS	17
6.0. Grande crescimento da despesa com pessoal em 2011-2014.....	18
6.1. Estado de São Paulo.....	19
6.2.Estado de Minas Gerais	22
6.3.Estado do Rio de Janeiro	24
6.4.Estado do Rio Grande do Sul.....	27
6.5.Estado do Paraná.....	31
6.6.Estado da Bahia	33
6.7. Distrito Federal	35
6.8 . Estado de Pernambuco	37
6.9. Estado de Santa Catarina	39
6.10. Estado de Goiás.....	42
7. Está no serviço da dívida a causa da crise dos estados?	44
Conclusão	47
Referências bibliográficas	49
TABELAS FINAIS DOS ESTADOS SELECIONADOS.....	52

PARTE I – ANÁLISE GLOBAL

1 Apresentação

Este trabalho analisa a situação financeira dos estados no período 2002-2016. Inicia pela análise da receita global, tanto a receita corrente líquida (RCL) como das receitas de capital.

Na análise da receita destaca o grande aumento das operações de crédito e o grande crescimento do ICMS nos estados menores, concomitantemente com a queda nos estados mais desenvolvidos.

Destaca o período 2011-2014 e o biênio 2014-2015, quando houve uma grande deterioração das contas públicas estaduais. Nesse período, houve um grande aumento da despesa com pessoal, que constitui a maior causa da crise dos estados.

Faz também uma análise do comportamento dos diversos agregados de despesa em função da RCL, assim com o resultado orçamentário, primário e margem para investir. Faz uma crítica dos critérios adotados pelos estados para classificar despesa com pessoal para efeito da LRF, assim como do cálculo da RCL. Critica também a confusão feita no lançamento de outras despesas correntes (ODC) e despesa com pessoal, que dificultam a análise.

Destaca os gastos previdenciários pelo seu peso em alguns estados e também por sua grande expansão nos últimos anos. Aborda ainda a importância que tem nesse sentido as aposentadorias especiais e as pensões por morte com suas regras permissivas.

Na parte II do trabalho analisa a situação de dez estados que, juntos são responsáveis por 72,4% da RCL em 2016, na qual estão em pior situação os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

2 Base de dados, metodologia e critérios

A análise abrange o período 2002–2016, embora o primeiro dos três períodos governamentais que ele engloba comece em 2003. O ano de 2002 foi incluído basicamente para calcular a variação completa do período governamental seguinte, mantendo uniformidade com os períodos subsequentes.

Na elaboração deste trabalho tomamos como fonte principal o arquivo “Execução Orçamentária dos Estados” da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o período 2002–2009 e os *sites* dos governos estaduais para o período 2010–2016, sempre confrontando as informações de ambas as fontes, quando possível, em caso de dúvida.

Não foi tomado o arquivo da STN para todo o período, porque ele está desatualizado, sendo a última informação relativa a 2013. Além disso, está incompleto, além de apresentar muitas omissões, duplas contagens e falta de clareza, despesas a classificar e informações em demasia. É uma pena que um informativo tão importante e principal fonte para o assunto tenha praticamente deixado de atender às suas finalidades.

Além disso, deixou de apresentar o resultado orçamentário e o primário, desde 2010. Nos *sítes* dos governos estaduais as principais fontes foram os relatórios resumidos da execução orçamentária, especialmente os balanços orçamentários, o demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias do regime próprio dos servidores e o demonstrativo da receita corrente líquida. Também fizemos uso do relatório de gestão fiscal.

No Tesouro Nacional, outro importante documento utilizado foi o demonstrativo da dívida consolidada líquida e sua relação com a receita corrente líquida. Todos esses documentos constam da relação de *links* constante das referências bibliográficas.

O levantamento dos dados foi bastante difícil, porque nem todos os estados mantêm uniformidade. Ocorrem diferenças de estado para estado e nos próprios estados, quando tomados anos diferentes, em alguns casos.

A maioria dos balanços orçamentários apresenta a receita já deduzida das transferências ao Fundeb, mas há casos em que a receita corrente está pelo seu valor bruto. Outros há, ainda, que apresentam a receita corrente já deduzida do Fundeb e das transferências aos municípios, caso em que elas (as transferências) não constam do espaço próprio do balanço orçamentário. E há casos em que as transferências aos municípios não constam do espaço próprio e a receita corrente não está pelo líquido. As transferências estão englobadas nas ODCs. Por isso não foi possível comparar as receitas correntes brutas. Para tanto teria que ser feita uma verificação em todos os anos e em todos os estados, o que seria demasiadamente trabalhoso.

Outro problema são as transferências intraorçamentárias, cujas receitas e despesas deveriam ser iguais, mas na maioria dos casos não o são. E não há um critério uniforme de lançamento, havendo casos em que as despesas intraorçamentárias estão somadas com as outras despesas correntes. A diferença a maior para a despesa foi adicionada à despesa com pessoal e a diferença a menor foi subtraída dela.

Nos últimos anos, **ficou muito difícil saber quanto o setor público despendeu com pessoal**, em função das modificações ocorridas nos registros contábeis, assunto esse tratado no item próprio.

Não há um tratamento uniforme entre os estados, nem entre o mesmo estado em anos diferentes do que seja despesa com pessoal e outras despesas correntes (ODC). Procuramos ajustar, mas há casos em que não é possível afirmar com certeza que a classificação está correta. Por isso, em se

tratando de despesas com pessoal e ODC, temos mais certeza da exatidão dos dados quando tomados pela sua soma, que corresponde à **despesa corrente não financeira**.

Recentemente foi publicado por José Roberto Affonso e Vilma Conceição Pinto o estudo “Despesa estadual com pessoal ativo e do executivo: uma comparação entre unidades federadas”.

Neste texto os autores fazem uma crítica, semelhante ao que viemos fazendo há tempo, que é a ausência de um critério uniforme do que seja despesa com pessoal, quando expressam o seguinte:

“Para um mesmo ente federado, para um mesmo período e para uma mesma conta pública, estão disponíveis valores os mais diferentes, que ensejam leituras as mais diferentes possíveis, a depender do documento que está sendo consultado e que fonte está sendo acessada.”

A despesa com inativos e pensionistas retiramos do demonstrativo das receitas e despesas do regime próprio de previdência dos servidores, a partir de 2010. Antes, porém, a fonte foi do citado arquivo da STN, onde, em muitos casos, há duplas contagens.

Para efeito deste trabalho o Distrito Federal foi considerado Estado, totalizando 27 unidades federadas.

A análise levou em consideração os grandes agregados de receita e de despesa e os de resultado, considerando para efeitos patrimoniais a relação dívida consolidada líquida sobre receita corrente líquida (DCL/RCL) da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aqui também ocorreu outra omissão do relatório do Tesouro Nacional citado que, a partir de 2010, não apresentou mais os dados relativos ao passivo nas suas diversas classificações.

Com exceção da relação citada no parágrafo anterior (DCL/RCL), **a RCL considerada é a gerencial**, ou seja, aquela parcela da receita corrente que, efetivamente, pertence aos estados; a receita corrente deduzida das transferências constitucionais e legais aos municípios e as transferências ao Fundeb, antes Fundef.

A análise foi feita em valores absolutos e relativos, estes últimos tomados em relação à RCL. Os valores geralmente estão atualizados pelo IPCA.

Inicialmente, fizemos uma análise global, destacando a realização por estado em algumas situações. Posteriormente, selecionamos os dez estados de maior arrecadação, correspondente a 72,4% da receita corrente líquida para uma análise mais aprofundada.

3. Análise global da receita dos Estados

A Tabela 3.1 apresenta a receita corrente líquida (RCL) do conjunto dos Estados, assim como as receitas de capital, classificadas em operações de crédito e demais receitas de capital, no período 2002-2016. O crescimento real médio da RCL foi de 3,6%, das operações de crédito, 8,5% e das demais receitas de capital, 0,2%.

Anos	Receita corrente líquida (RCL)*	%	Operações de crédito	%	Demais receitas capital	%
2002	366.720.293	100,0%	9.552.006	100,0%	25.005.492	100,0%
2003	362.205.796	98,8%	5.598.531	58,6%	13.766.182	55,1%
2004	390.644.979	106,5%	1.237.824	13,0%	12.597.984	50,4%
2005	421.496.115	114,9%	4.135.938	43,3%	14.096.631	56,4%
2006	445.500.230	121,5%	5.573.827	58,4%	18.009.353	72,0%
2007	477.862.819	130,3%	3.117.604	32,6%	11.122.352	44,5%
2008	533.680.632	145,5%	7.472.202	78,2%	15.432.935	61,7%
2009	519.781.393	141,7%	17.688.229	185,2%	34.486.093	137,9%
2010	572.884.700	156,2%	19.177.054	200,8%	35.629.498	142,5%
2011	599.647.520	163,5%	13.310.658	139,3%	24.606.768	98,4%
2012	616.223.431	168,0%	35.426.020	370,9%	48.714.280	194,8%
2013	631.378.198	172,2%	47.490.650	497,2%	65.643.160	262,5%
2014	640.020.625	174,5%	40.886.289	428,0%	61.886.220	247,5%
2015	625.253.653	170,5%	27.676.934	289,7%	33.735.704	134,9%
2016	603.827.732	164,7%	nd	nd	25.879.653	103,5%
Taxa média anual		3,6%		8,5%		0,2%

Fonte dos dados brutos: Execução orçamentária dos Estados-STN e site dos Estados (2014).

(*) Receita corrente menos transferências ao Fundeb e aos municípios.

No tocante às operações de crédito, depois de um comportamento decrescente até 2008, apresentaram grande expansão a partir do ano seguinte e com grande incremento no triênio 2002-2014. O valor das operações de crédito nos sete anos compreendido no período 2009-2015 foi cinco vezes maior que o valor formado nos anos 2002-2008.

Conforme veremos na parte II, o grande volume de operações de crédito serviu até para que alguns estados financiassem parte das despesas correntes.

O gráfico 3.1 mostra a evolução das receitas citadas, com a lenta expansão da RCL e grande crescimento das operações de crédito no período 2012-2014 e também em 2015. Por outro lado, as demais receitas de capital, basicamente transferências, depois de uma expansão até 2013, voltaram a cair.

O gráfico 3.2 mostra a evolução da RCL dos estados em percentual do PIB. Depois de uma queda em 2003, a participação da RCL passou a crescer, alcançando 10,8% em 2008. Esse período foi de grande crescimento, especialmente devido ao “boom das commodities”. A partir de 2009 a participação no PIB foi decrescente até 2011, quando alcançou 10,1%,

mantendo-se daí em diante com leve melhora. Sintetizando, pode dizer que a partir de 2009 caiu a receitas dos estados em participação do PIB.

Entre 2008 e 2015 houve uma queda de 0,7% do PIB, o que representa um pouco mais que R\$ 40 bilhões, o que é significativo. E nesse período o PIB perdeu seu ritmo de crescimento também. O crescimento da RCL foi 1,5% ao ano. Já nos seis anos precedentes (2003-2008), o crescimento fora de 6,5%.

Essa queda de arrecadação, com origem na crise econômica e na política de desonerações fiscais do governo federal, foi “compensada” em parte pelo endividamento, que veio a complicar mais a situação dos estados. Esse endividamento foi incentivado pelo governo federal.

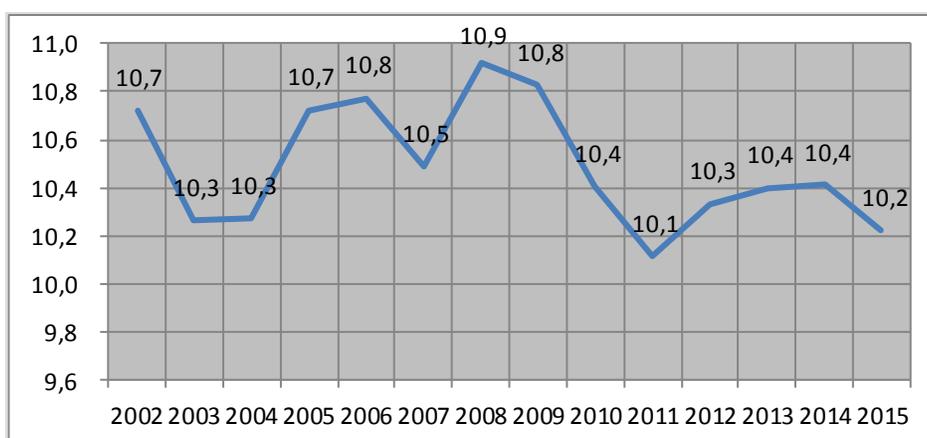


Tabela 3.2. RCL dos estados em % do PIB

Fonte: Dados brutos STN Execução Orçamentária dos Estados e RREOs

PIB: Ipea-Data e STN Anexos RTN dezembro/2015.

3.1. Crescimento real da RCL dos estados entre 2002 e 2016

A tabela 3.2, adiante, mostra que a taxa média de crescimento da RCL entre todos os estados brasileiros, entre 2002 e 2016, foi de 4,4%¹, período em que o PIB cresceu a uma taxa média de 2,5%. Portanto, a taxa de crescimento da RCL foi 1,4 vezes a do PIB. O gráfico 3.3 mostra a taxa de crescimento por estado, tendo crescido mais os estados do Norte e Centro-Oeste e fora deles, Santa Catarina (4,8%) e Paraná (4,6%). A taxa mediana foi 4,5%.

¹ Na tabela 3.1 consta que a RCL cresceu 3,6% e na tabela 3.2, 4,4%. Isso decorre da diferença que há entre o quociente de somas e a soma de quocientes. A média dos estados deve ser calculada por este último critério, para evitar que predomine os dados dos estados maiores.

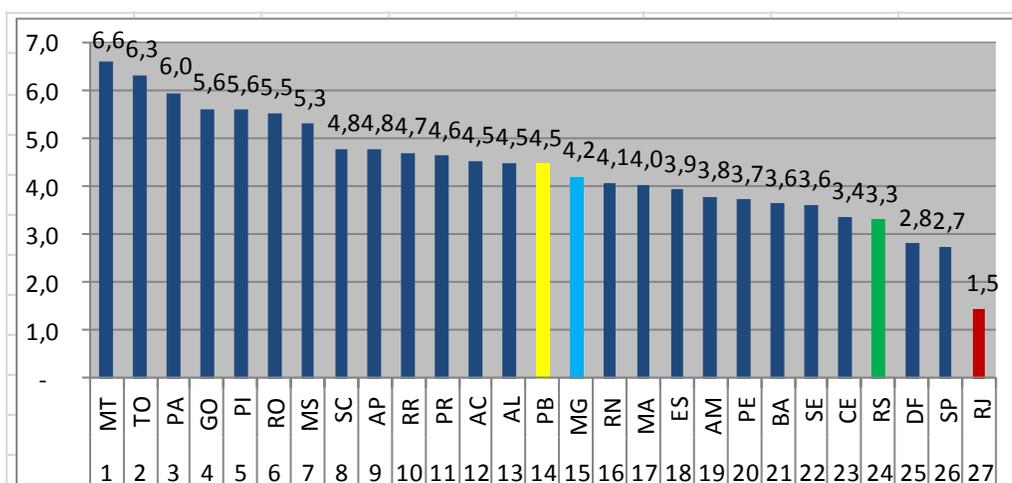


Gráfico 3.3. Taxas médias de crescimento da RCL por estado, 2002-2016

Cálculo próprio com base nos dados da tabela 3.2.

Taxa média 4,4% e taxa mediana: PB 4,5%.

Dos três estados que se encontram em pior situação financeira, Minas Gerais cresceu 4,2%, Rio Grande do Sul, 3,3% e Rio de Janeiro, o último, com 1,5%. A receita dos estados citados cresceu abaixo da média nacional.

Tabela 3.2. Receita corrente líquida dos estados, 2002 e 2016

Em R\$ 1.000,00 constantes de 2016.

Ordem	UF	RCL - 2002	RCL - 2016	Par. %	Acum.	Taxa *
1	SP	99.507.764	145.324.876	24,1%	24,1%	2,7%
2	MG	29.820.428	53.195.333	8,8%	32,9%	4,2%
3	RJ	37.835.078	46.298.705	7,7%	40,5%	1,5%
4	RS	23.099.068	36.473.635	6,0%	46,6%	3,3%
5	PR	18.959.700	35.796.510	5,9%	52,5%	4,6%
6	BA	19.135.095	31.574.527	5,2%	57,7%	3,6%
7	DF	17.405.517	25.683.444	4,3%	62,0%	2,8%
8	PE	13.026.966	21.736.433	3,6%	65,6%	3,7%
9	SC	11.100.888	21.351.617	3,5%	69,1%	4,8%
10	GO	9.245.975	19.921.865	3,3%	72,4%	5,6%
11	CE	11.613.066	18.454.471	3,1%	75,5%	3,4%
12	PA	8.181.115	18.413.297	3,0%	78,5%	6,0%
13	MT	5.738.216	14.041.587	2,3%	80,9%	6,6%
14	MA	7.444.226	12.973.454	2,1%	83,0%	4,0%
15	AM	7.280.985	12.277.702	2,0%	85,0%	3,8%
16	ES	7.137.818	12.267.761	2,0%	87,1%	3,9%
17	MS	4.754.097	9.805.145	1,6%	88,7%	5,3%
18	PB	4.954.788	9.157.385	1,5%	90,2%	4,5%
19	RN	5.132.258	8.979.111	1,5%	91,7%	4,1%
20	TO	3.532.581	8.345.848	1,4%	93,1%	6,3%
21	PI	3.675.510	7.885.824	1,3%	94,4%	5,6%
22	AL	4.248.270	7.874.027	1,3%	95,7%	4,5%
23	SE	4.293.493	7.075.566	1,2%	96,9%	3,6%
24	RO	3.152.917	6.708.806	1,1%	98,0%	5,5%
25	AC	2.492.539	4.640.523	0,8%	98,7%	4,5%
26	AP	2.143.158	4.121.751	0,7%	99,4%	4,8%
27	RR	1.808.777	3.448.528	0,6%	100,0%	4,7%
Totais		366.720.293	603.827.732	100,0%		4,4%

Fonte dos dados brutos: Execução orçam. Estados-STN e site dos Estados.

(*) Média aritmética das taxas dos estados.

A tabela 3.2 mostra que o estado de maior arrecadação é São Paulo, com 24,1% do total, mas vem perdendo participação com o passar dos anos. Em primeiro lugar, porque outros estados estão crescendo mais e, em segundo, porque sua taxa de expansão está abaixo da média nacional. Essa queda de São Paulo reflete um pouco sua perda de participação no PIB nacional, que passou de 34,9% em 2002 para 32,2% em 2014. A causa da queda da RCL está também nas baixas taxas de crescimento do ICMS, tratado a seguir.

A tabela 3.2 mostra também que dez estados possuem 72,4% da RCL nacional e foi sobre eles que fizemos uma análise mais detalhada da situação financeira na Parte II deste trabalho.

3.2. Crescimento real do ICMS dos estados entre 2002 e 2016

O gráfico 3.4 mostra que, em regra geral, os estados de maior crescimento do ICMS são os menos industrializados e menos desenvolvidos, das regiões Norte e Nordeste (MA, PI, RR, PA, AC, TO, AL, MS, etc.) e o de menor crescimento são os mais industrializados e mais desenvolvidos (SP, MG, RJ, RS, DF e outros).

Isso decorre do fato que os estados mais desenvolvidos têm uma grande participação dos serviços em seu PIB, restando uma participação menor para os bens, que formam a base tributária do imposto. As taxas de crescimento do ICMS para estados como São Paulo e Rio de Janeiro são totalmente incompatíveis com o crescimento da despesa, especialmente, a previdenciária. Esses estados apresentam um crescimento do ICMS em taxas que são menos da metade da média nacional.

Sobre esse assunto, José Roberto Afonso e Kleber Pacheco de Castro, em artigo publicado na Revista conjuntura Econômica de maio/2016, p.22-24, sob o título “A crise (do financiamento) da saúde”, falando sobre a queda da elasticidade da arrecadação tributária federal, assim se expressam: *“No nível dos governos subnacionais, o cenário é ainda mais desolador: A principal receita estadual, o ICMS, se tornou um imposto obsoleto: alcança basicamente bens numa economia cada vez mais baseada nos serviços; peca por uma guerra fiscal desenfreada; e concentra a incidência em bases com crise estrutural, como combustíveis, telecomunicações e energia”*

O economista José Francisco Afonso vem insistindo nesse fato, como na entrevista recente publicada no Estado, de 23/04/2017.

Por isso, torna-se necessário uma reforma tributária para mudar essa lógica.

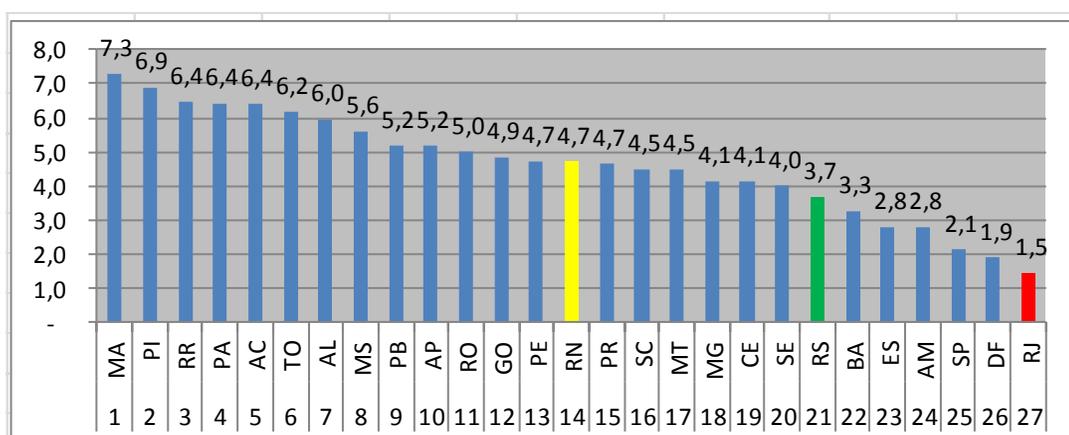


Gráfico 3.4. Taxas média de crescimento real do ICMS dos Estados, 2002-2016

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e RREOs dos Estados.

Média nacional: 4,6. Mediana: 4,7.

3. Despesa global dos estados

Inicialmente, conforme citado no item 2, há despesa com pessoal lançada em ODC, o que torna difícil saber o quanto é gasto em cada um desses grupos (tabela 4.1).

Tabela 4.1. RCL e seus grandes agregados, 2002-2016

Em R\$ 1.000,00 constantes de 2016.

Ano	RCL	Pessoal	Inativos e pensionistas	ODC	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Investimentos
2002	366.720	223.935	73.874	89.264	313.199	41.476	47.763
2003	362.206	212.969	72.233	94.122	307.091	41.537	32.014
2004	390.645	219.987	72.970	105.615	325.603	40.893	37.487
2005	421.496	229.536	75.659	113.498	343.034	42.451	45.937
2006	445.500	246.334	82.004	125.229	373.328	45.943	51.355
2007	477.863	260.275	84.946	125.677	385.952	45.745	45.261
2008	533.681	276.739	89.260	144.085	420.824	47.932	63.895
2009	519.781	286.080	92.636	147.251	433.331	48.567	75.422
2010	572.885	308.237	95.688	163.892	472.129	47.585	86.426
2011	599.648	327.147	103.831	168.355	495.502	53.877	68.329
2012	616.223	350.076	115.419	176.857	526.933	61.454	67.786
2013	631.378	363.658	121.181	185.981	549.639	63.558	85.013
2014	640.021	361.476	128.772	204.262	565.738	56.195	84.426
2015	625.254	375.775	136.777	198.694	571.443	59.826	50.457
2016	603.828	365.524	138.593	190.742	556.266	36.464	45.865
Variações:							
2003-06	21,5%	10,0%	11,0%	40,3%	19,2%	10,8%	7,5%
2007-10	28,6%	25,1%	16,7%	30,9%	26,5%	3,6%	68,3%
2011-14	11,7%	17,3%	34,6%	24,6%	19,8%	18,1%	-2,3%
2015-16	-5,7%	1,1%	7,6%	-6,6%	-1,7%	-35,1%	-45,7%
2003-16	64,7%	63,2%	87,6%	113,7%	77,6%	-12,1%	-4,0%

Fonte dos dados brutos: Execução Orçamentária dos Estados-STN e site dos estados.

(*) Receita corrente menos transferências ao Fundeb e aos municípios.

A despesa com pessoal cresceu no período 63,2%, abaixo de 64,7% da RCL, mas os inativos cresceram 87,6%. O grande crescimento, no entanto, se verificou nas ODC, 113,7%. A soma de ambas cresceram 77,6%, muito além da RCL.

Segundo uma Nota Técnica de abril/2016, do Ministério da Fazenda, entre 2009 e 2015, o gastos nominais com a folha de pagamento dos estados

passaram de 4,85 do PIB em 2009 para 5,38% em 2015, período em que a União reduziu seus gastos de 4,6% para 4%. Com uma inflação média de 6,4%, seis estados concederam reajustes numa média superior a 14% ao ano, com um superando 15% e outro 16%.

Deve ser destacado, no entanto, que o **grande desequilíbrio se verificou no período governamental 2001-2014**, quando todos os agregados, a exceção dos investimentos (que caíram 2,3%) cresceram acima da RCL. Esta cresceu 11,7% no período, os inativos o triplo (34,6%) e pessoal mais ODC, 19,8%.

O desequilíbrio do período anterior continuou no biênio 2015-2016, mesmo com o ajuste feitos pelos estados. No biênio citado, a RCL caiu 5,7%. No entanto, a despesa com pessoal + ODC cai menos (-1,7%), talvez porque a despesa com inativos e pensionistas crescesse 7,6%. O ajuste maior se deu pela redução do serviço da dívida (-35,1%) e pelos investimentos (-45,7%), que sempre é a variável de ajustes nos orçamentos.

3.1. Despesa global em % da RCL

Pela tabela 4.2, se verifica que o grande crescimento relativo se verificou nos inativos e pensionistas, tratado mais adiante. A grande redução relativa se verificou no serviço da dívida, ao passar de 10,9% da RCL em 2002 para 5,7% em 2016. O último ano decorreu das negociações ocorridas no ano, mas o comprometimento da RCL com esse item estava em 6,9% em 2014, portanto 4 pontos percentuais a menos que no início da série. E mesmo assim, a grande queixa dos governadores é quanto ao serviço da dívida, quando a principal causa do desequilíbrio está na despesa com pessoal e ODC, cuja soma cresceu 6 pontos percentuais da RCL entre 2002 e 2016.

Ano	Pessoal	Inativos e pensionistas	ODC	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Investimentos	Difer. RCL Agregados
2002	57,7	15,2	25,3	83,0	10,9	16,7	-10,6
2003	58,0	15,1	27,3	85,2	10,5	11,7	-7,4
2004	56,0	14,3	26,6	82,6	9,7	11,7	-3,9
2005	53,4	13,7	25,9	79,3	9,0	12,2	-0,6
2006	56,0	14,4	26,6	82,5	9,1	13,7	-5,4
2007	54,6	14,2	25,3	79,9	8,6	10,2	1,3
2008	51,9	13,5	25,9	77,8	8,1	13,5	0,7
2009	56,3	14,5	28,2	84,5	8,0	16,7	-9,2
2010	55,6	13,9	28,5	84,1	7,3	16,6	-8,1
2011	55,8	14,4	27,0	82,8	8,2	11,9	-2,9
2012	57,9	15,5	28,0	85,9	9,1	12,7	-7,7
2013	57,8	16,0	30,9	88,7	9,1	15,0	-12,8
2014	57,4	16,8	31,2	88,5	6,9	15,0	-10,4
2015	60,7	18,4	30,4	91,1	7,8	8,1	-6,9
2016	60,0	18,6	29,1	89,1	5,7	7,5	-2,3

Fonte: Elaboração própria com base nas fontes citadas.

Na última coluna da tabela 4.2 verifica-se que em 17 anos, de 2002 a 2006, **somente em dois anos (2007 e 2008) não houve déficit em relação aos recursos correntes**. Em todos os demais, a soma da despesa, incluindo investimentos, superou a RCL. Nos exercícios de 2013 e 2014, os déficits citados foram de 12,8% e 10,4%, respectivamente. Isso decorre do engessamento do orçamento, com despesa incomprimíveis, com destaque para a despesa previdenciária. Além disso, os governos concedem reajustes salariais aos servidores acima da inflação, aumentando a folha e contribuindo para esse engessamento.

O gráfico 4.1 mostra o crescimento da despesa com pessoal mais ODC, cujo alto dispêndio acabou consumindo nos últimos anos 90% da RCL, restando apenas 10% para o serviço da dívida e investimentos. Como o serviço da dívida, precisa ser pago, o corte se verifica nos investimentos, que acaba sendo a variável de ajuste dos orçamentos públicos no Brasil. Com isso, os governos aplicam menos recursos na infraestrutura, dificultando o transporte da produção, com reflexos negativos no PIB e na arrecadação, o que contribuiu para a piora da situação financeira.

Deve ser destacado que o gráfico citado mostra os indicadores médios, que escondem a situação particular de muitos estados, que é muito pior, o que é mostrado na análise individualizada, logo adiante.

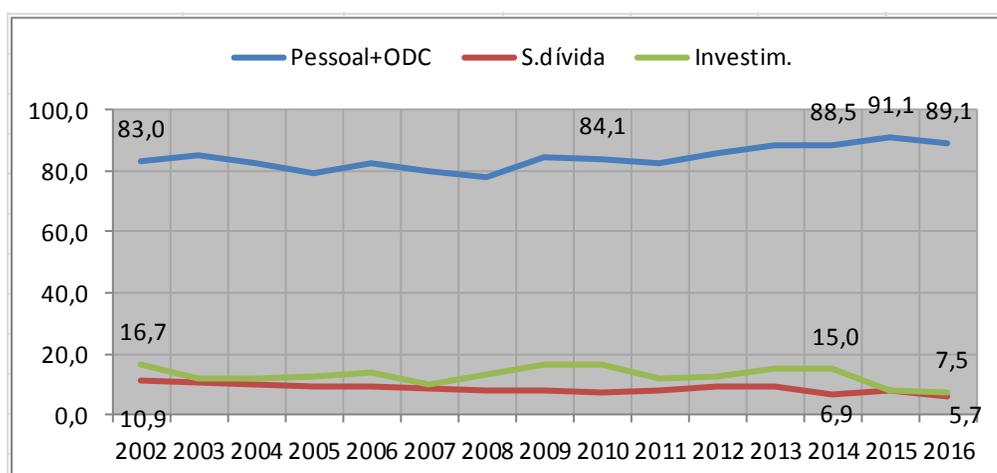


Gráfico 4.1. Principais agregados de despesa em % da RCL, 2002-2016

Fonte: Tabela 4.2.

3.2. Despesa com inativos e pensionistas

O gráfico 4.2. Mostra a evolução da despesa com inativos e pensionistas, que depois de reduzirem sua participação na RCL _ em decorrência da reforma de 2003 _ passou a aumentar a partir de 2010, ano a partir do qual cresceu 34% acima da RCL.

A despesa com previdência e não a despesa com a dívida é que inviabilizará os governos estaduais no futuro, sem uma reforma adequada.

O Distrito Federal, com 16,4%, corresponde à mediana dos estados em termos de gastos. A média dos gastos é 15,6%.

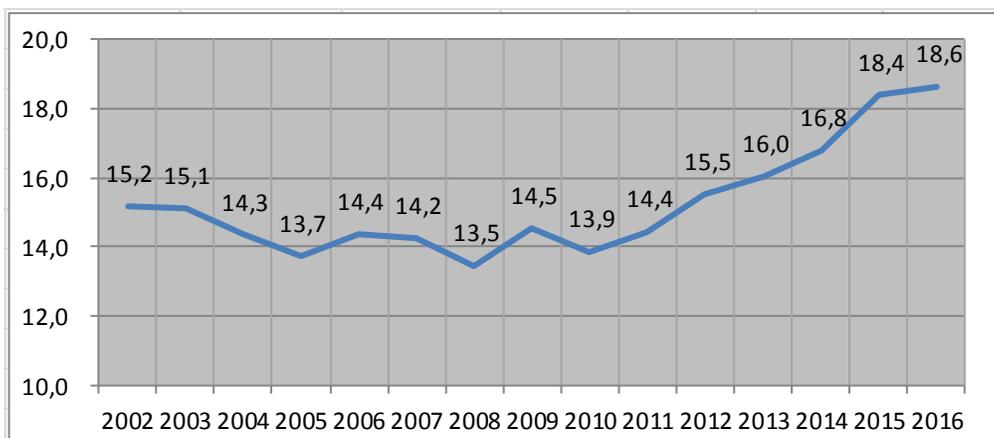


Gráfico 4.2. Inativos em % da RCL, 2002-2016

Fonte: Elaboração própria com base nas fontes citadas.

O gráfico 4.3. Mostra o gasto líquido com previdência dos estados em percentual da RCL, em que MG ocupa, pela primeira vez, primeira posição, com 32,1%, seguida do RS, com 32% e pelo RJ, com 30,2%. Até o ano passado, o Estado do RS ocupava a primeira colocação neste item.

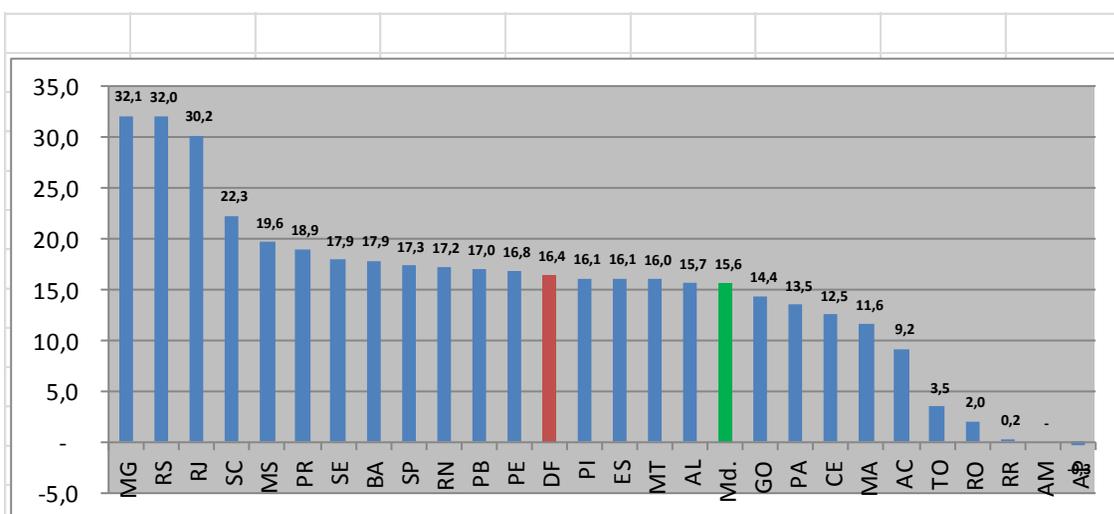


Gráfico 4.3. Estados em ordem decrescente de gastos com previdência/RCL, em 2016

Fonte: tabela 4.3.

DF = mediana.

A tabela 4.3 mostra o gasto bruto e o desconto dos servidores em cada estado. O valor líquido não corresponde exatamente ao déficit. Para isso, teria que descontar a contribuição patronal, que varia de estado para estado e até dentro de cada estado, conforme o plano. O valor líquido, no entanto, corresponde a obrigação dos estados, porque esse é o valor do efetivo desembolso.

Tabela 4.3. Despesa com inativos e pensionistas bruto e líquido, em 2016						
Valores em R\$ 1.000,00 correntes.						
UF	Inativos e pensionistas	Contribuição dos servidores	Valor líquido	RCL *	Previdência/RCL	Posição
	1	2	3=1-2	4	5=3/4	
AC	589.006	162.130	426.876	4.640.523	9,2%	22
AL	1.522.747	289.753	1.232.994	7.874.027	15,7%	17
AP	72.531	83.755	11.224	4.121.751	-0,3%	26
BA	7.191.682	1.552.176	5.639.507	31.574.527	17,9%	8
CE	2.899.335	591.142	2.308.193	18.454.471	12,5%	20
DF	5.684.301	1.464.969	4.219.332	25.683.444	16,4%	13
ES	2.337.908	362.911	1.974.997	12.267.761	16,1%	15
GO	3.518.335	657.023	2.861.312	19.921.865	14,4%	18
MA	1.885.027	383.859	1.501.168	12.973.454	11,6%	21
MG	19.213.702	2.136.538	17.077.164	53.195.333	32,1%	1
MS	2.344.712	418.129	1.926.584	9.805.145	19,6%	5
MT	2.740.338	493.587	2.246.751	14.041.587	16,0%	16
PA	3.146.432	666.026	2.480.406	18.413.297	13,5%	19
PB	1.843.271	284.047	1.559.224	9.157.385	17,0%	11
PE	4.520.671	863.045	3.657.626	21.736.433	16,8%	12
PI	1.577.400	306.842	1.270.558	7.885.824	16,1%	14
PR	8.476.894	1.703.707	6.773.187	35.796.510	18,9%	6
RJ	15.783.642	1.821.962	13.961.680	46.298.705	30,2%	3
RN	1.839.056	299.076	1.539.980	8.979.111	17,2%	10
RO	417.264	279.918	137.346	6.708.806	2,0%	24
RR	47.629	39.025	8.604	3.448.528	0,2%	25
RS	13.317.208	1.649.200	11.668.008	36.473.635	32,0%	2
SC	5.584.523	821.724	4.762.800	21.351.617	22,3%	4
SE	1.623.318	355.918	1.267.400	7.075.566	17,9%	7
SP	29.765.145	4.586.267	25.178.878	145.324.876	17,3%	9
TO	650.630	359.718	290.912	8.345.848	3,5%	23

Fonte: Levantamento dos RREOs do 6º binestre de 2016 dos estados.

RCL gerencial: receita correntes menos transferência aos municípios e ao Fundeb.

Observação: O Estado do Amazonas não publica o demonstrativo correspondente.

3.2.1. Explosão da despesa previdenciária nos estados

A tabela 4.4 apresenta a taxa de crescimento da despesa previdenciária e da RCL por estado, no intervalo compreendido entre 2002 e 2016. Em valores globais a previdência cresceu a uma taxa média de 7,7%, 1,8 vezes a RCL, que cresceu 4,4%..

Em apenas dois estados, São Paulo e Espírito Santo a despesa previdenciária não cresceu mais que a RCL no período em causa.

Cinco estados da Região Norte e Centro-Oeste, talvez por terem pouco gasto previdenciário, apresentaram um crescimento explosivo, de 2 a 3,6 vezes o crescimento da RCL. Isso, se mantido, seria insustentável no longo prazo. A tendência é essa taxa cair, à medida que for crescendo a despesa previdenciária. Mas, de qualquer forma, os dados são alarmantes.

O Estado da Bahia, que tinha em 2016 um gasto previdenciário de 22,8% da RCL ou 17,9% em termos líquidos, apresenta um crescimento no período de 2,5 vezes a RCL. Conforme citado na análise dos Estados Seleccionados, o

Estado em causa poderá passar por grande crise previdenciária num futuro não muito distante.

Nos três estados que passam pela maior crise financeira, a despesa previdenciária cresceu no período 1,4 vezes a RCL em MG (5,8% para 4,2%), 1,3 vezes no RS (4,3% para 3,3%) e 2,8 vezes no RJ (4,1% para 1,5%). No Estado do RJ o problema está mais na queda da receita do que no aumento da despesa previdenciária, que não deixa de ser alto também.

No caso do RS, a despesa previdenciária crescendo 4,3% ao ano e a RCL, 3,3%, em 30 anos eleva o valor da primeira de 100 para 355,2 e a RCL, de 100 para 266,1, um crescimento a maior da primeira de 33,5%!

Adotando o mesmo cálculo, temos para Minas Gerais um crescimento a maior da despesa previdenciária em relação à RCL de 58,2%. No caso do RJ, esse crescimento seria de 118,5%.

Diante disso, somente uma reforma da previdência adequada pode tirar os estados da situação em que se encontram.

Tabela 4.4						
Comparativo das taxas de crescimento da despesa previdenciária e da RCL dos estados entre os anos 2002 e 2016, em valores constantes						
Posi- ção	UF	2002	2016	Taxa média anual		
				Previdência A	RCL B	Relação A/B
1	RR	5.368	47.629	16,9%	4,7%	3,6
2	RO	56.806	417.264	15,3%	5,5%	2,8
3	AP	11.280	72.531	14,2%	4,8%	3,0
4	TO	101.677	650.630	14,2%	6,3%	2,2
5	DF	1.343.175	5.684.301	11,7%	2,8%	4,2
6	MS	568.660	2.344.712	10,6%	5,3%	2,0
7	MT	794.841	2.740.338	9,2%	6,6%	1,4
8	AC	175.104	589.006	9,1%	4,5%	2,0
9	BA	2.156.438	7.191.682	9,0%	3,6%	2,5
10	PR	2.993.053	8.476.894	7,7%	4,6%	1,7
11	SE	608.854	1.623.318	7,3%	3,6%	2,0
12	PI	635.229	1.577.400	6,7%	5,6%	1,2
13	PA	1.280.831	3.146.432	6,6%	6,0%	1,1
14	SC	2.342.382	5.584.523	6,4%	4,8%	1,3
15	MA	790.977	1.885.027	6,4%	4,0%	1,6
16	AL	647.782	1.522.747	6,3%	4,5%	1,4
17	MG	8.695.161	19.213.702	5,8%	4,2%	1,4
18	PB	894.499	1.843.271	5,3%	4,5%	1,2
19	CE	1.464.674	2.899.335	5,0%	3,4%	1,5
20	RN	990.019	1.839.056	4,5%	4,1%	1,1
21	RS	7.370.514	13.317.208	4,3%	3,3%	1,3
22	PE	2.506.643	4.520.671	4,3%	3,7%	1,2
23	GO	1.987.408	3.518.335	4,2%	5,6%	0,7
24	RJ	8.955.337	15.783.642	4,1%	1,5%	2,8
25	ES	1.459.723	2.337.908	3,4%	3,9%	0,9
26	SP	22.200.803	29.765.145	2,1%	2,7%	0,8
TOTAIS		72.949.988	138.592.707	7,7%	4,4%	1,8

Fonte: Execução orçamentária Estados (STN) e RREOs do 6º bimestre de 2016 dos estados.
RCL gerencial: receita corrente menos transferências aos municípios e ao Fundef/Fundeb.
Observação: O Estado do Amazonas não publica o demonstrativo correspondente em 2016.
Nota: Média aritmética das taxas estaduais.

Sem desconsiderar as aposentadorias integrais com altos proventos, a grande causa do crescimento da despesa previdenciária são as aposentadorias precoces e as regras permissivas das pensões.

No Estado do RS, 73% dos servidores ativos estão lotados na Educação e na Segurança Pública, sendo 50% na Educação. Os professores se aposentam com 30 anos de contribuição, se homem e 25 anos, se mulher. Aos homens é exigida idade mínima de 55 anos e às mulheres, 50 anos. Mas elas constituem 90% do quadro, o que representa 45% do total de servidores estaduais.

Já na Segurança Pública, que corresponde a quase $\frac{1}{4}$ dos servidores da Administração Direta, os homens se aposentam com 30 anos e as mulheres aos 25 anos, desde que $\frac{2}{3}$ do tempo seja dedicado às atividades fins. No entanto, é tempo de serviço e não de contribuição e, ainda, sem exigência de idade mínima. Nos demais estados, como a legislação é a mesma e as condições materiais são semelhantes, deve ocorrer a mesma discrepância.

No tocante à permissividade das pensões, segundo Giambiagi e Tafner, em *Demografia: A Ameaça Invisível*, 2010, p.117, assim se expressam:

- *Se as condições da Finlândia fossem utilizadas no Brasil, apenas 15% das atuais pensões seriam mantidas.*
- *Nas condições da Suécia, a redução seria de 55% na despesa.*
- *Adotadas as condições do Chile, a redução da despesa seria de 20%.*
- *Mantidas as condições dos Estados Unidos, apenas 11% da despesa seria mantida, com uma economia de 89%.*
- *Dos mesmos autores: Quanto mais rico o país, mais restrito é o acesso ao benefício (p.119).*

4. Indicadores de resultados globais

A seguir dois indicadores que explicam melhor a evolução financeira dos estados no período 2002-2016.

4.1. Margem para investir

O gráfico 5.1 mostra a margem para investir, os investimentos e as receitas de capital. A margem para investir é formada pela diferença entre a RCL e a despesa total, exceto os investimentos.

Por ele se observa que a margem para investir, que era alta e crescente a contar de 2003, alcançou um pico em 2008, ao atingir a marca de 14,2% da RCL. Depois, passou a declinar até 2015, quando atingiu apenas 1,2%. Em 2016, com o ajuste fiscal, apresentou grande crescimento, indo para 5,1%, embora permanecendo baixa.

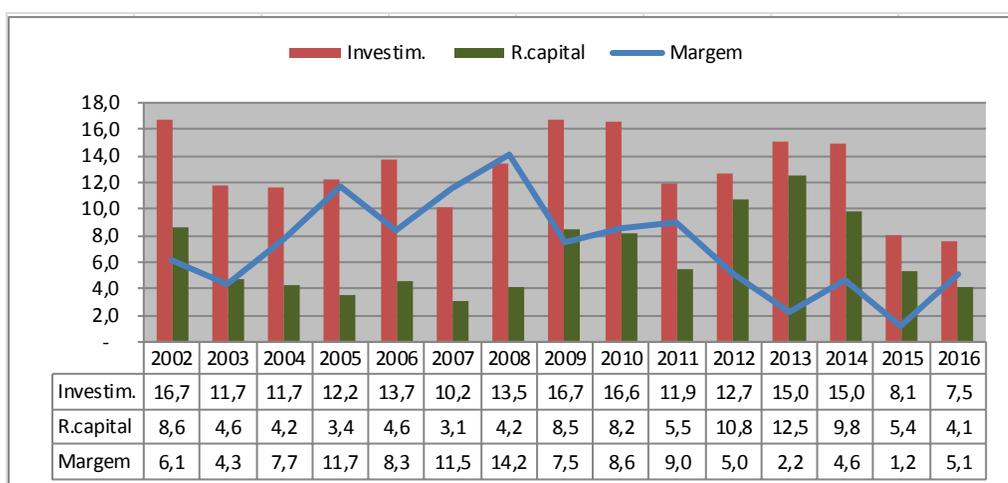


Gráfico 5.1. Margem para investir, investimentos e receitas de capital, 2002-2016

Em % da receita corrente líquida (RCL)

Fonte dos dados brutos: Execução Orçamentária dos Estados-STN e site dos estados.

Os investimentos foram geralmente altos e financiados em grande parte por receitas de capital, basicamente operações de crédito. Somente em 2015 e 2016 que eles caíram, mas ainda foram significativos (8,1% e 7,5%, respectivamente).

4.2. Resultado primário e serviço da dívida

O gráfico 5.2 mostra o resultado primário e o serviço da dívida. Até 2008 o resultado primário foi crescente, cobrindo grande parte e até sendo superior ao valor do serviço da dívida, como em 2007 e 2008. Essa situação se inverteu a partir de 2009, quando o resultado primário nunca foi suficiente para cobrir o serviço da dívida, sendo ainda negativo em dois anos (2013 e 2014). Isso provocou um crescimento no endividamento dos estados, embora em todo o período tenha ele tenha decrescido.

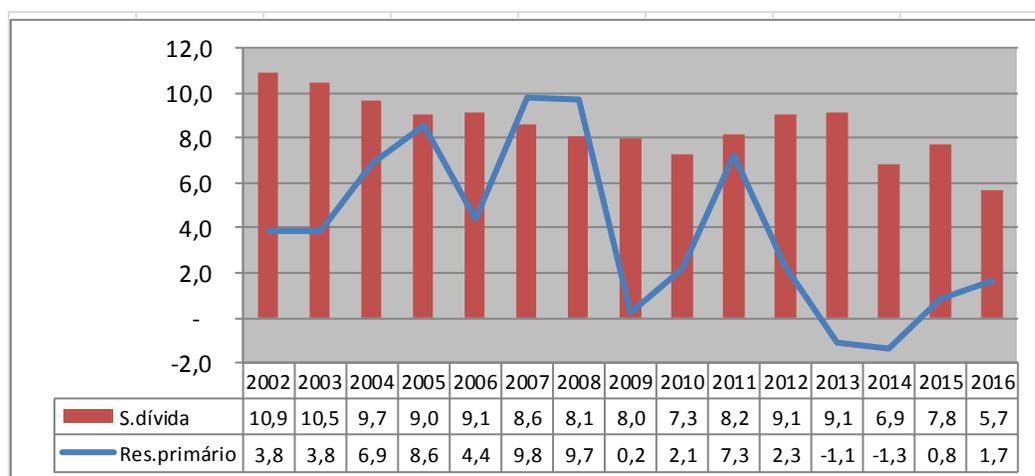


Gráfico 5.2. Resultado primário e serviço da dívida, 2002-2016

Fonte dos dados brutos: Execução Orçamentária dos Estados-STN e site dos estados.

PARTE II – ESTADOS SELECIONADOS

A tabela 6.0 apresenta os dez estados de maior RCL, selecionados para uma análise mais detalhada da situação orçamentário-financeira. Estes estados possuíam 72,4% da RCL em 2016 e 82% do PIB nacional em 2014. Conforme se observa na mesma tabela, cinco deles perfazem mais da metade de toda a arrecadação nacional.

Tabela 6.0. Estados selecionados - participação na RCL e no PIB nos anos citados

UF	RCL 2016 R\$ 1.000,00	Posição RCL		Participação 2016		Variação 2003-2016	Participação PIB	
		2002	2016	Simplex	Acum.		2002	2014
SP	145.324.876	1	1	24,1%	24,1%	2,7%	34,85%	32,15%
MG	53.195.333	3	2	8,8%	32,9%	4,2%	8,33%	8,94%
RJ	46.298.705	2	3	7,7%	40,5%	1,5%	12,38%	11,61%
RS	36.473.635	4	4	6,0%	46,6%	3,3%	6,64%	6,19%
PR	35.796.510	6	5	5,9%	52,5%	4,6%	5,93%	6,02%
BA	31.574.527	5	6	5,2%	57,7%	3,6%	3,95%	3,87%
DF	25.683.444	7	7	4,3%	62,0%	2,8%	3,62%	3,42%
PE	21.736.433	8	8	3,6%	65,6%	3,7%	2,42%	2,68%
SC	21.351.617	9	9	3,5%	69,1%	4,8%	3,66%	4,20%
GO	19.921.865	10	10	3,3%	72,4%	5,6%	2,59%	2,86%
Totais				72,4%			84,38%	81,95%

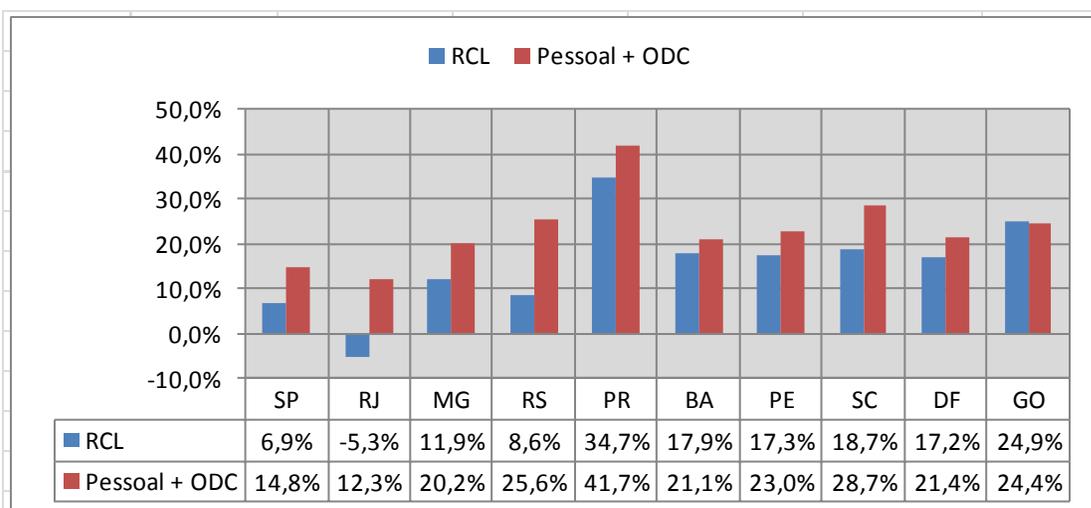
Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e RREOs dos estados.
 PIB - IBGE Contas Regionais do Brasil. Cálculos próprios.

6.0. Grande crescimento da despesa com pessoal em 2011-2014

O gráfico 6.0 mostra o enorme descompasso que ocorreu entre o crescimento da RCL _ que deveria ser o limite_ e a despesa com pessoal, nos estados selecionados, portanto em 72,4% do valor dos orçamentos estaduais.

Todos eles, com exceção de Goiás, apresentaram um crescimento da despesa com pessoal mais ODC (despesa corrente não financeira) muito superior ao do crescimento da RCL. E aí reside a principal causa do desequilíbrio. É verdade que muito contribuiu para isso o crescimento da despesa com inativos e pensionistas, conforme acima citado.

Dos dez estados selecionados foi o Estado do Paraná o que apresentou o maior crescimento da RCL no período 2011-2014, 34,7%, a extraordinária taxa de 7,7% ao ano. E, mesmo assim, apresentou crescimento da despesa com pessoal mais ODC na ordem de 41,7% (9,1% ao ano).



Fonte: Dados brutos STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.

Gráfico 6. 0. Estados selecionados - crescimento real da RCL e da despesa com pessoal no período governamental, 2011-2014

No Estado do Rio de Janeiro, mesmo decrescendo 5,3% na RCL, a despesa com pessoal mais ODC cresceu 12,3%. O Estado do RS o crescimento do pessoal mais ODC foi o triplo do crescimento da RCL (25,6% para 8,6%) e em Minas Gerais, quase o dobro (20,2% para 11,9%). Isso explica em grande parte a causa da crise desses estados, junto é claro, com o crescimento da despesa previdenciária, que é uma das causas dessa expansão.

Maiores detalhes sobre os estados veremos na análise individualizada, a seguir.

6.1. Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo, como é sabido, ocupa a primeira posição no País pelo valor da receita corrente líquida, da qual detinha, em 2016, 24,1%. O crescimento da RCL no período 2002-2016 foi de apenas 2,7% ao ano, bem abaixo da média nacional, que foi de 4,4%.

A Tabela 6.1.1 mostra os grandes agregados de despesa e de resultados e a receita de capital, em percentual da RCL, para o período 2002 a 2016. O ano de 2002 foi incluído para permitir as comparações no tempo, porque o foco é os quatorze anos compreendidos entre 2003 e 2016. Deixamos de fora três anos intermediários (2003 a 2005), por economia de espaço.

Embora em situação melhor que a maioria dos estados, o Estado de São Paulo, conforme se observa nas tabelas 6.1.1 e 6.1.2, apresentou no último período governamental encerrado (2011-2014) uma piora da situação financeira, que se agravou no biênio seguinte. Isso se verificou em quase todos os indicadores, com destaque para pessoal mais ODC e previdência, que decorre em parte da rigidez dessas despesas, mesmo com a queda da receita.

Indicadores	2002	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal + ODC (*)	81,5	82,8	79,7	78,9	78,9	77,0	79,2	81,9	81,7	82,7	86,8	89,6
Previdência	22,3	19,6	18,4	17,7	18,1	14,8	15,7	17,5	17,3	18,1	19,2	20,5
Investimentos	9,3	9,3	11,2	13,4	16,2	15,7	12,7	9,4	13,0	12,2	8,7	8,7
Serviço da dívida	10,6	11,0	9,9	9,8	10,3	9,6	10,1	10,4	10,4	11,0	11,6	7,2
Receitas de capital	2,8	3,3	0,4	2,3	6,1	4,4	1,3	1,6	4,3	5,6	6,1	5,1
Resultado orçamentário	1,5	0,2	0,2	0,2	0,8	2,2	- 0,6	- 0,2	- 0,7	- 0,3	- 1,1	-0,4
Resultado primário	6,2	5,8	7,9	5,3	2,9	5,0	5,6	5,4	3,3	3,3	3,5	1,1

Fonte: Dados brutos STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.
 (*) Despesa corrente não financeira.

A tabela 6.12, que mostra a evolução dos agregados por período governamental, informa que no período 2011-2014, a despeito de um crescimento reduzido da RCL (6,9%), todos os demais agregados cresceram mais, com destaque a despesa previdenciária, que cresceu 30,6%.

Nos biênio 2015-2016 a RCL decresceu 12,5%, mas os demais itens decresceram menos, com exceção do serviço da dívida, que decresceu 42,4%, devido ao novo acordo da dívida com a União ocorrido em 2016.

A soma de pessoal + ODC que vinha ficando próxima a 80%, aproximou-se de 90%. Com esse comprometimento da RCL, o que sobra para atender o serviço da dívida e os investimentos é insuficiente, resultando em déficit, que só não foi maior devido ao desconto no serviço da dívida, já citado.

Para isso contribuiu o crescimento da **despesa previdenciária** que, de 14,8% da RCL em 2010, atingiu 20,5% em 2016.

O nível de investimentos foi reduzido, embora possa ser considerado alto para a situação atual. Os investimentos foram em grande parte financiados por receitas de capital.

Período	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Despesa previdência
2003-2006	21,2%	23,1%	26,6%	6,4%
2007-2010	28,8%	19,7%	11,6%	-2,5%
2011-2014	6,9%	14,8%	22,7%	30,6%
2015-2016	-12,5%	-5,1%	-42,4%	-1,0%

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.
 (*) Não considera investimentos, cuja comparação em anos finais pode levar a distorções.

a) Margem para investir

A margem para investir é o que sobra da receita corrente líquida sem os investimentos. Quando ela é reduzida ou negativa, os investimentos só podem ser realizados com recursos de terceiros, o que pode ocorrer eventualmente, mas não de forma sistemática.

Pelo gráfico 6.1.1, verifica-se que o Estado de São Paulo nunca apresentou margem para investir negativa, embora ela, que era crescente até 2010, passou a cair a partir de 2011, refletindo a crise econômica que marcou profundamente o crescimento da arrecadação do Estado, que nos últimos oito anos (2011 a 2016) decresceu 6,4% em termos reais.

Em função disso, os investimentos que também eram crescentes, passaram a decrescer nos períodos citados. Também cresceram a contar de 2012 as receitas de capital, basicamente, as operações de crédito, como ocorreu nos demais estados, conforme referido na análise global (tabela e gráfico 6.1.1).

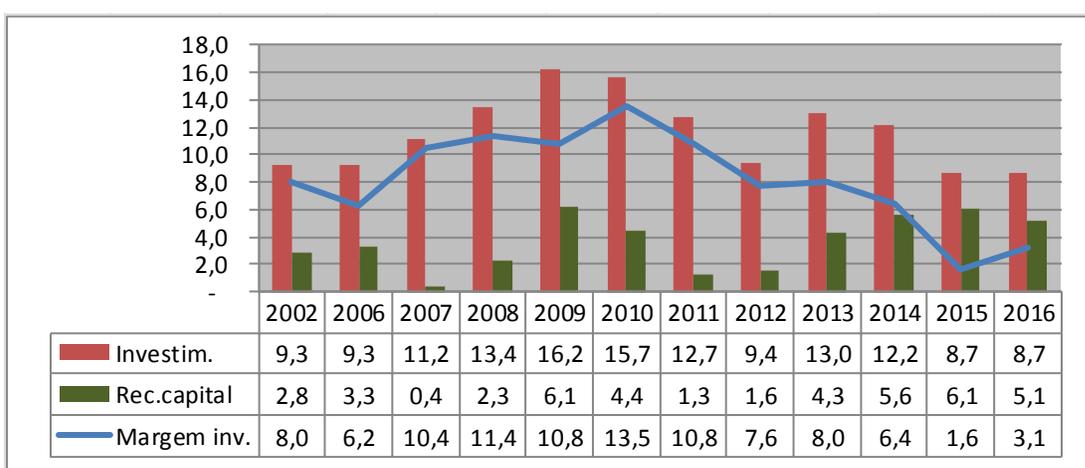


Gráfico 6.1.1. Estado de SP - Margem p/investir, investimentos e receitas de capital/RCL

Fonte: Dados brutos STN Execução Orçamentária dos Estados e RREOs dos Estados.

b) Grau de endividamento

O grau de endividamento, medido pela relação dívida consolidada líquida e receita corrente líquida (DCL/RCL) que era uma curva cadente até 2013, quando alcançou 1,42, passou a aumentar, alcançando 1,75 em 2016.

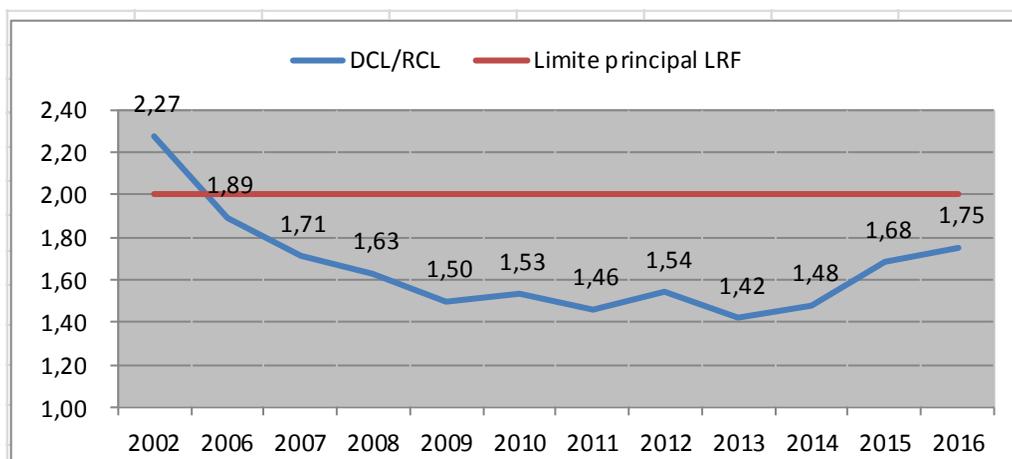


Gráfico 6.1.2. Estado de São Paulo - Dívida consolidada líquida em % da RCL

Fonte: STN e Relatórios de Gestão Fiscal do Estado.

A queda da margem para investir a partir de 2011 levou a obtenção de operações de crédito para manter os investimentos em níveis relativamente altos, embora declinantes. A conjunção de mais endividamento, receita corrente com índice decrescente e até negativo e menor superávit primário levou ao aumento do grau de endividamento (gráficos 6.1.1 e 6.1.2).

6.2. Estado de Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais ocupa a segunda posição no País pelo valor da receita corrente líquida, da qual detinha, em 2016, 8,8%. A taxa média anual de crescimento da RCL no período 2002-2016 foi de 4,2%, um pouco abaixo da média nacional, que foi de 4,4% e da mediana, 4.5%.

A Tabela 6.2.1 mostra os grandes agregados de despesa e de resultados e a receita de capital, em percentual da RCL, para o período 2002 a 2016. O ano de 2002 foi incluído para permitir as comparações no tempo, porque o foco é os quatorze anos compreendidos entre 2003 e 2016. Deixamos de fora três anos intermediários (2003 a 2005), por economia de espaço.

O Estado de Minas Gerais em 2010 comprometia com receita corrente não financeira, que engloba despesa com pessoal e ODC, 81,2% da RCL. A partir de então, começou um lento e contínuo crescimento nesse comprometimento, atingindo 87,2% em 2014, 98,6% em 2015 e 100,3% em 2016. Isso por si só mostra o enorme déficit em relação aos recursos correntes, porque ficaram sem cobertura orçamentária os outros dois agregados: o serviço da dívida e os investimentos.

Tabela 6.2.1. Estado de Minas Gerais - indicadores financeiros em % da RCL

Indicadores	2002	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal + ODC (*)	107,0	78,7	78,1	76,1	79,0	81,2	82,5	84,7	87,4	87,2	98,6	100,3
Previdência	29,2	23,6	22,8	20,9	22,3	24,7	25,0	26,5	27,5	28,9	33,5	36,1
Investimentos	11,8	15,1	14,2	16,5	16,2	14,2	10,5	8,8	12,9	11,5	6,9	5,7
Serviço da dívida	12,5	10,6	10,1	9,8	11,0	10,2	11,0	15,5	18,0	11,8	13,0	5,4
Receitas de capital	13,4	4,7	3,1	4,4	7,2	7,4	4,5	14,1	16,0	6,0	1,2	3,6
Resultado orçamentário	-17,9	0,4	0,7	2,0	1,0	1,7	0,4	5,1	-2,2	-4,5	-17,2	-7,8
Resultado primário	-8,3	7,3	8,1	7,6	6,1	5,4	7,2	7,5	-0,2	2,1	-6,2	-6,1

Fonte: Dados brutos STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.
Despesa corrente não financeira.

A **despesa com previdência** passou de 24,7% da RCL em 2010 para 28,9% em 2014 e para 36,1% em 2016, superando por um décimo o RS, que sempre ocupava a primeira posição. Isso explica, em grande parte o crescimento da despesa com pessoal mais ODC, que experimentou grande expansão, mesmo no ano de ajuste em 2016.

Desde 2009 a despesa com previdência vem crescendo muito acima da RCL, conforme se observa na tabela 6.2.2. O serviço da dívida foi reduzido em 57,3% em 2016, o que contribuiu para baixar o déficit orçamentário de 2015 (-



17,2) para 2016 (-7,8%). Mas comparando-se com 2010, quando o resultado orçamentário foi de 1,7%, houve uma grande piora no período 2013-2016. Contribuiu para esse aumento do déficit a redução da RCL e o aumento da despesa com pessoal, com destaque para a previdência. (tabela 6.2.2).

Tabela 6.2.2 . Estado de Minas Gerais				
Crescimento real da RCL e dos agregados de despesa (*)				
Período	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Despesa previdência
2003-2006	38,5%	1,9%	17,6%	12,3%
2007-2010	23,9%	27,9%	19,4%	29,5%
2011-2014	11,9%	20,2%	28,6%	31,1%
2015-2016	-7,2%	6,7%	-57,3%	15,9%

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e *sítes* dos Estados.
 (*) Não considera investimentos, cuja comparação em anos finais pode levar a distorções.

a) Margem para investir

A margem para investir, que foi -19,5% em 2002, passou a positiva já no ano seguinte, alcançando 14,1% em 2008, ano a partir do qual passou a declinar, tornando-se negativa a partir de 2012, culminando com -11,6% em 2015 e com -5,7 em 2016 (gráfico 6.2.1).

Os investimentos passaram a ser realizados mediante receitas de capital, especialmente, operações de crédito. Nos anos de 2012 e 2013 o valor destas superou o dos investimentos, indicando sua aplicação parcial em despesas correntes. Os investimentos a partir de 2013 começaram a declinar, de 12,9% no ano citado para apenas 5,7% em 2016 da RCL.

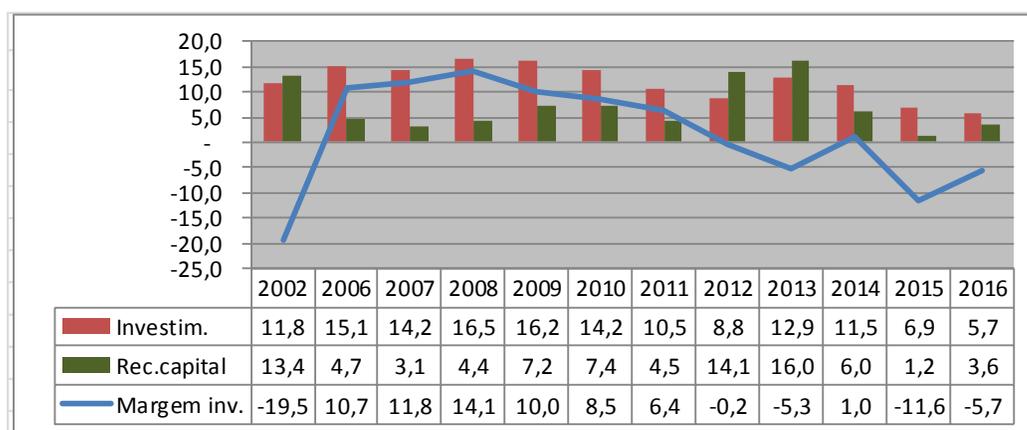


Gráfico 6.2.1. Estado de MG - Margem p/investir, investimentos e receitas de capital
 Fonte: Dados brutos STN Execução Orçamentária dos Estados e RREOs dos Estados.

a) Grau de endividamento

A queda contínua da margem para investir, concomitante com o alto nível de investimentos, a redução da RCL e as novas operações de crédito, especialmente, nos anos 2012 e 2013 e os reduzidos ou negativos resultados primários levaram ao aumento do grau de endividamento. Depois de um mínimo de 1,75 da RCL em 2012 subiu para 2,03 em 2016, superando o limite principal da lei de responsabilidade fiscal (duas vezes a RCL). No início da série em 2002, a relação DCL/RCL era 2,63, caindo já no ano seguinte para 1,89, permanecendo abaixo do limite até 2015, porém não muito distante dele (gráfico 6.2.2).

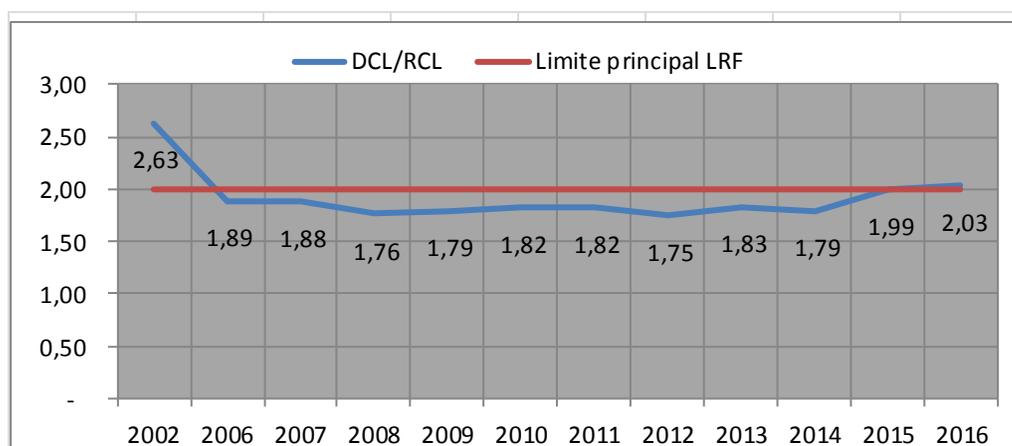


Gráfico 6.2.2. Estado de Minas Gerais - Dívida consolidada líquida em % da RCL

Fonte: STN e Relatórios de Gestão Fiscal do Estado.

6.3. Estado do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro ocupa a terceira posição no País pelo valor da receita corrente líquida, da qual detinha, em 2016, 7,7%. O crescimento da RCL no período considerado (2002-2016) foi de apenas 1,5% ao ano, a mais baixa entre todos os estados, cuja média foi 4,4% e a mediana, 4,5%.

A Tabela 6.3.1 mostra os grandes agregados de despesa e de resultados e a receita de capital, em percentual da RCL, para o período 2002 a 2016. O ano de 2002 foi incluído para permitir as comparações no tempo, porque o foco é os quatorze anos compreendidos entre 2003 e 2016. Deixamos de fora três anos intermediários (2003 a 2005), por economia de espaço.

O Estado do Rio de Janeiro em 2010 comprometia com receita corrente não financeira, que engloba despesa com pessoal e ODC, 83,8% da RCL. A partir de então, começou contínuo crescimento nesse comprometimento, atingindo 99,3% em 2014 e 108,5% em 2016. Isso por si só mostra o enorme déficit em relação aos recursos correntes, porque ficaram sem cobertura orçamentária os outros dois agregados: o serviço da dívida e os investimentos.



Indicadores	2002	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal + ODC (*)	87,7	85,0	83,3	80,8	88,3	83,8	84,3	90,1	94,8	99,3	94,4	108,5
Previdência	23,7	20,4	19,6	18,1	21,1	19,9	20,2	22,0	24,2	27,7	26,0	34,1
Investimentos	10,3	8,2	5,0	5,0	8,3	13,4	11,1	11,8	14,7	15,1	13,0	5,8
Serviço da dívida	13,1	10,1	10,8	9,6	10,6	9,0	9,2	10,4	11,9	14,0	14,2	10,2
Receitas de capital	3,3	2,9	1,2	1,5	4,5	5,7	6,6	11,8	20,4	28,7	13,2	2,7
Resultado orçamentário	-7,8	-0,4	2,6	6,1	-2,7	-0,0	2,0	-0,5	-1,0	0,2	-8,4	-21,9
Resultado primário	1,6	2,5	7,3	10,2	0,5	4,4	6,4	-1,2	-8,4	-14,7	-7,7	-13,7

Fonte: Dados brutos STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.
 (*) Despesa corrente não financeira.

Pela tabela 6.3.2 constata-se a grande queda da RCL a partir de 2010, sendo -5,3% no período 2011-2014 e -17,9% no biênio 2015-2016. A **despesa com previdência**, que vinha se mantendo mais ou menos constante em relação à RCL, a partir de 2011, passou a crescer acelerada e sistematicamente. Vamos ver neste trabalho que os estados que estão em pior situação financeira (RJ, RS e MG) são os que mais despendem recursos com previdência social, em relação a sua receita.

Mesmo como a enorme redução do serviço da dívida no último biênio, o resultado orçamentário foi altamente **negativo, em 8,4% em 2015 e 21,9%, também negativo, em 2016**. Conforme acima vimos, só com pessoal e ODC a RCL foi superada em 8,5% (tabela 6.3.1). Isso quer dizer que, mesmo não pagando o serviço da dívida e com investindo zero, ainda haveria um déficit orçamentário de 8,5% da RCL.

Crescimento real da RCL e dos agregados de despesa (*)				
Período	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Despesa previdência
2003-2006	38,0%	33,9%	6,4%	18,8%
2007-2010	14,0%	12,4%	1,9%	11,4%
2011-2014	-5,3%	12,3%	47,8%	31,7%
2015-2016	-17,9%	-10,3%	-40,5%	1,2%

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.
 (*) Não considera investimentos, cuja comparação em anos finais pode levar a distorções.

b) Margem para investir

A margem para investir, ou seja, a diferença entre a RCL e as despesas, exceto investimentos, a partir de 2012 passou a ser negativa, culminando com -18,7% em 2016 (gráfico 6.3.1). Os investimentos realizados desde 2009 (8,3%) foram geralmente muito altos, alcançando em 2013 14,7% e em 2015 13%..

Segundo texto do mesmo autor “Estados brasileiros em 15 anos da lei de responsabilidade fiscal”, p.67, em 2013, a receita de capital atingiu R\$ 9,9

bilhões, sendo R\$ 5 bilhões decorrentes de operações de crédito e R\$ 4,1 bilhões de alienação de bens. Já em 2014, ingressaram R\$ 13,6 bilhões em receitas de capital, sendo R\$ 7,6 bilhões de operações de crédito e R\$ 5,4 bilhões de alienação de bens (RREOs do 6º bimestre de 2013 e 2014). No período 2012–2014, o Estado contraiu R\$ 18,3 bilhões em operações de crédito, em valores atualizados para 2014.

Isso foi realizado com receitas de capital, com destaque para as operações de crédito, o que aumentou o grau de endividamento do Estado, conforme vemos a no item seguinte. Pelo gráfico 6.3.1 verifica-se que nos anos 2013 a 2015 as receitas de capital superam os investimentos, significando que parte delas foi usada no financiamento das despesas correntes.

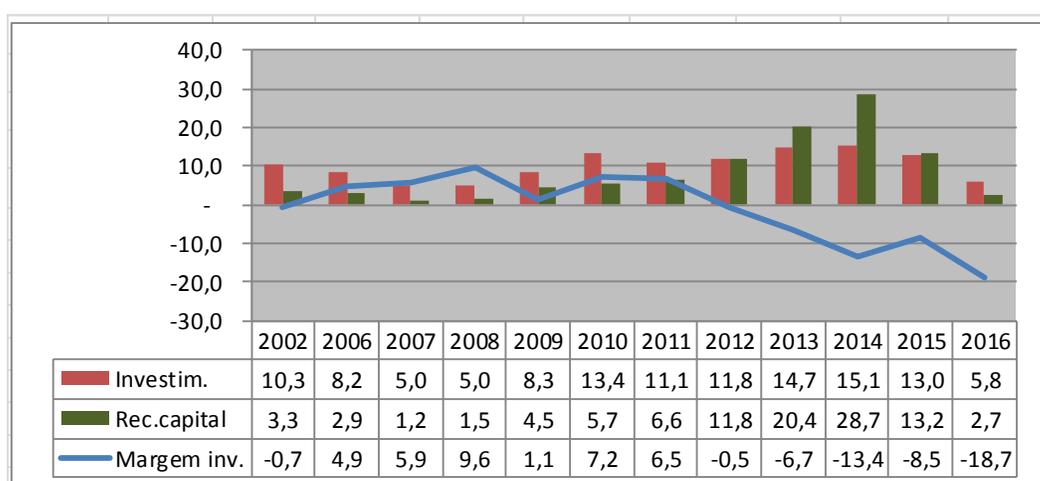


Gráfico 6.3.1. Estado de RJ - Margem p/investir, investimentos e receitas de capital/RCL
Fonte: Dados brutos STN Execução Orçamentária dos Estados e RREOs dos Estados.

a) Grau de endividamento

A relação DCL/RCL que chegou a atingir 1,46 em 2011, para crescer sistematicamente, culminando com 2,32 em 2016, ultrapassando o limite que é 2,00 (gráfico 6.3.2). Isso decorreu dos altos déficits primários com a realização concomitante de altos investimentos, muitos deles financiados por operações de crédito e também da redução do denominador da razão DCL/RCL.

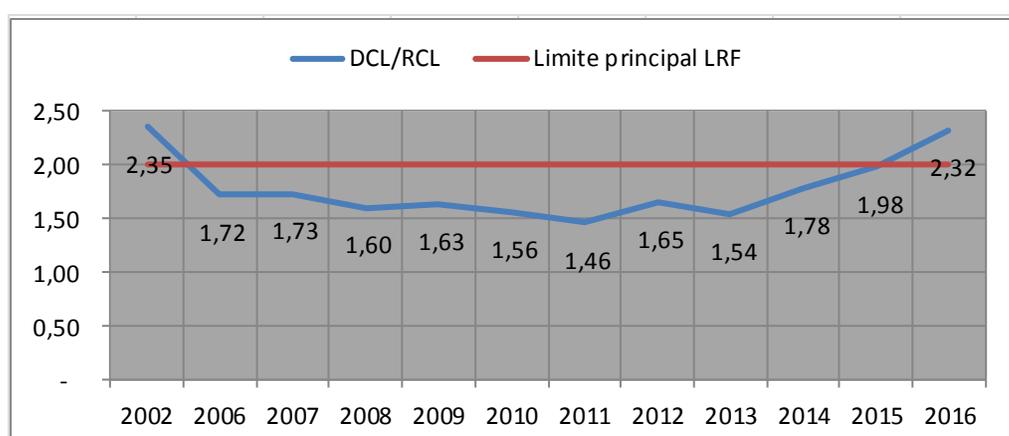


Gráfico 6.3.2. Estado do Rio de Janeiro - Dívida consolidada líquida em % da RCL
Fonte: STN e Relatórios de Gestão Fiscal do Estado.

6.4. Estado do Rio Grande do Sul

O Estado do Rio Grande do Sul ocupava a quarta posição no País na receita corrente líquida, em 2016, posição que detém desde há muito tempo. O crescimento da RCL no período 2002-2016 foi de apenas 3,3% ao ano, bem abaixo da média nacional, 4,4% e da mediana, 4,5%.

O Estado apresenta um déficit estrutural histórico em suas contas, que vem de quatro décadas ou mais. Nesse período, fez uma dívida que se multiplicou por 27 em 28 anos, quebrou os bancos oficiais, valeu-se da inflação que propiciava a receita financeira e da venda de bens e direitos patrimoniais.

Posteriormente esgotou o caixa único, formado por contas vinculadas ou de estatais e, finalmente, sacou depósitos judiciais tributários e não tributários, estes últimos em 95%.

No entanto, desde 1999, vinha reduzindo esses déficits, em função do ajuste fiscal que vinha fazendo, por necessidade e também para atender às exigências do acordo da dívida de 1998.

No período 2007-2010, conjugando alto crescimento de receita com contenção rigorosa de despesa, o governo da época conseguiu a formar altos superávits primários. Formou também superávits orçamentários por três anos, sendo que o ano de 2007 decorreu de receitas extras oriundas do IPO Banrisul.

No período governamental citado, com exceção de uma operação de crédito contraída com o Banco Mundial para rolagem de dívidas pré-existentes, não foi realizada nenhuma outra operação. Essa nova dívida foi contraída em condições muito mais favoráveis, seja pelos encargos, como pelo prazo para pagamento das prestações, propiciando alta redução no serviço da dívida extralimite.

Já no governo seguinte, 2011- 2014, além da queda no crescimento da receita, foram concedidos **altos reajustes salariais aos servidores**, de forma parcelada, muitos deles até 2018, gerando altos déficits orçamentários para o futuro governo, culminando com R\$ 5 bilhões, ou 15,7% da RCL, em 2015. Foi criada **despesa permanente, contando com recursos finitos** para seu custeio, como foi o saque de 5,7 bilhões dos depósitos judiciais não tributários, 73% do valor sacado até então.

Além disso, foi esgotado o já reduzido limite de endividamento (15% da RCL). Esses fatos agravaram muito mais a situação das finanças do Estado.

Na Tabela 6.4.1 observamos que a despesa corrente não financeira (pessoal mais ODC), que alcançou 90,2% da RCL, em 2002, subiu para 91,5% em 2006, decrescendo para 83,2% em 2010. A partir do ano seguinte, passou a crescer sistematicamente, culminando com 96,3% em 2014.

Em 2015, a despesa corrente não financeira alcançou 102,6% da RCL, devido ao alto crescimento da despesa com pessoal, que passou de 71,6% em

2014 para 77,3% em 2015, em decorrência dos reajustes salariais concedidos no período governamental anterior, para vigorarem a partir de novembro daquele ano. O novo governo, a não serem pequenos reajustes pontuais, não repassou aos salários nem a variação do índice inflacionário.

No período 2011-2014 houve uma grande **deterioração das contas públicas estaduais**. O resultado primário, que chegou a alcançar 13,3% da RCL em 2008, baixou para 10,4% em 2009 e 7,2% em 2010, mas ainda significativo. Daí, então, caiu sistematicamente, até atingir -1,8% em 2014 e -5,6% em 2015. Em 2016 ele votou a ser positivo (2,3% da RCL), devido a grande ajuste e a uma receita extra de R\$ 1,280 bilhão decorrente da cessão para o Banrisul do direito de manter por dez anos as contas-correntes dos servidores estaduais (Tabela 6.4.1).

Esse último fato mais o desconto recebido no serviço da dívida, que baixou seu comprometimento de 11,9% da RCL no exercício anterior para 4,8%, aliado ao grande crescimento da receita _ devido ao aumento das alíquotas no ICMS_, entre outras ações de contenção de despesa, transformou um déficit orçamentário inicialmente previsto de R\$ 4,6 bilhões, num déficit de apenas R\$ 143,1 bilhões ou -, 0,4% da RCL em 2016.

Tabela 6.4.1. Estado do Rio Grande do Sul - indicadores financeiros em % da RCL

Indicadores	2002	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal e enc. sociais	71,2	67,5	67,4	61,7	63,6	61,0	64,5	67,8	67,1	71,6	77,3	69,8
Previdência	31,9	31,5	32,3	29,5	31,1	29,9	31,6	33,3	33,1	35,2	38,0	36,5
Pessoal + ODC (*)	90,2	91,5	90,0	83,2	86,4	83,2	88,1	91,6	92,8	96,3	102,6	94,1
Investimentos	4,8	4,7	2,7	3,7	3,5	8,8	4,8	5,0	5,1	5,9	2,6	3,0
Serviço da dívida	13,0	12,5	12,1	17,9	11,3	13,5	10,9	10,9	10,3	10,8	11,9	4,8
Receitas de capital (**)	4,0	2,4	9,0	7,4	1,3	1,2	1,6	4,5	3,2	8,7	1,4	1,5
Res. orçamentário (***)	-4,1	-6,4	4,1	2,5	0,1	-4,3	-2,1	-3,0	-4,9	-4,2	-15,7	-0,4
Resultado primário (***)	4,0	2,2	6,5	13,3	10,4	7,2	6,3	3,3	2,2	-1,8	-5,6	2,3

Fonte: Dados brutos STN - Exec. Orçamentária dos Estados e sites dos Estados. Desp.corrente não financeira.
 (**) Nota: Em 2007: Venda de ações do Banrisul e 2008 e 2010: Relagem da dívida extralimite.
 (***) Em 2016, desc. no serviço da dívida, R\$ 2,3 bilhões e a cessão das contas dos servidores, R\$ 1,280 bilhão.

Precisam ser destacados os **gastos altos e crescentes com previdência**, que, depois de alcançarem 29,9% da RCL em 2010, passaram a subir gradativamente a partir de então, até alcançarem 38% em 2015. Em 2016 baixaram um pouco, para 36,5%. A tabela 4.3 e o gráfico de igual número mostram os gastos com previdência brutos e líquidos em cada estado, quando o Estado do RS ocupa o segundo lugar no País, perdendo (ou ganhando) a posição para o Estado de Minas Gérias, por 0,1 pp.

Corroborando o que foi afirmado acima, a tabela 6.4.2 mostra o desequilíbrio criado no período 2011-2014, quando a **RCL cresceu apenas 8,6% e a despesa com pessoal mais ODC, 25,6%** e a despesa previdenciária, **27,8%**. No período anterior (2007-2010), houve maior crescimento da RCL, tendo todos os agregados de despesa crescido menos que ela.

No biênio 2015-2016 houve grande queda no serviço da dívida, devido ao acordo assinado em 2016, que zerou as prestações de julho a dezembro/2016, e concedendo descontos decrescentes para os anos 2017 e 2018, integralizando a prestação em julho desse último ano.

O Estado deverá ser beneficiado pelo novo acordo que está sendo votado no Congresso Nacional, mas que precisa também passar por aprovação legislativa estadual, valendo isso para outros estados que aderirem ao programa federal.

Tabela 6.4.2 . Estado do Rio Grande do Sul				
Crescimento real da RCL e dos agregados de despesa (*)				
Período	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Despesa previdência
2003-2006	11,3%	12,9%	7,0%	9,7%
2007-2010	28,6%	16,9%	1,2%	22,1%
2011-2014	8,6%	25,6%	18,7%	27,8%
2015-2016	1,6%	-0,6%	-55,0%	5,5%

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.
 (*) Não considera investimentos, cuja comparação em anos finais pode levar a distorções.

a) Margem pra investir

A margem para investir, conforme se observa no gráfico 6.4.1, que vinha se recuperando, apresentou grande declínio no período 2011-2014 e também no ano de 2015. A recuperação ocorrida em 2016 deveu-se principalmente à receita extra da cessão das contas dos servidores ao Banrisul (R\$ 1,280 bilhão) mais o desconto no serviço da dívida, em torno de R\$ 2,3 bilhões. Passou de -14,5% em 2015 para 1,1% em 2016.

Pelo mesmo gráfico, observa-se que os investimentos do RS têm sido realizados com recursos de terceiros, caixa único, depósitos judiciais e operações de crédito. Em 2011, a coluna verde maior que a vermelha indica que foi utilizado dinheiro de receita de capital em despesa corrente. Em 2007 e 2008 também houve esse mesmo fenômeno, mas a receita de capital desses anos decorreu da alienação de bens (basicamente a venda de ações do Banrisul).

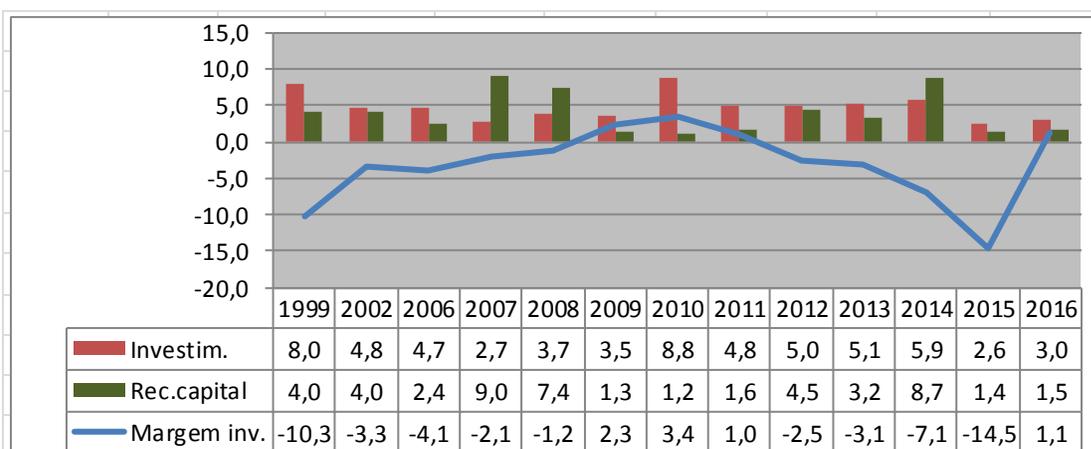


Gráfico 6.4.1. Estado do RS - Margem p/investir, investimentos e receitas de capital/RCL

Fonte: Dados brutos STN Execução Orçamentária dos Estados e RREOs dos Estados.

Nota 1 : Em 2007: Venda de ações do Bannisul e 2008 e 2010: Relagem da dívida extralimite.

Nota 2: Em 2016 desconto s/ serviço da dívida R\$ 2,3 bilhões e cessão contas R\$ 1,28 bilhão.

b) Grau de endividamento

O gráfico 6.4.2 mostra o grau de endividamento (DCL/RCL), que estava em 2,13 em 2016, portanto acima do limite principal da LRF, que é 2.

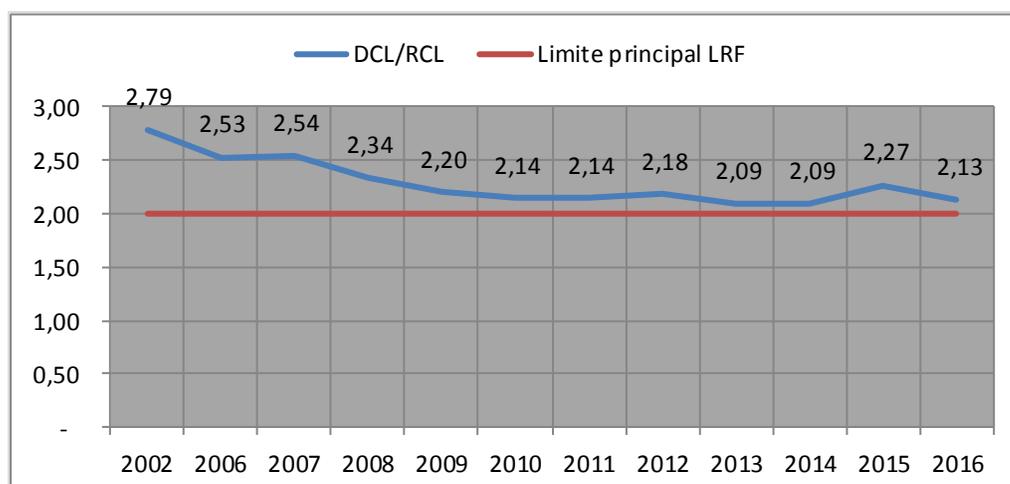


Gráfico 6.4.2. Estado do Rio Grande do Sul - Dívida consolidada líquida em % da RCL

Fonte: STN e Relatórios de Gestão Fiscal do Estado.

No caso do Estado do RS, como a dívida estava quase 2,75 da RCL quando da edição da lei de responsabilidade fiscal, foi estabelecida uma meta para redução do excedente em 15 anos, na ordem de 4,85 pp ao ano, a partir de 2001. Em 2016, no final da meta, o limite passou a ser 2, só que a relação efetiva estava em 2,13, portanto acima dele. Em 2010 a meta era 2,29 e a relação DCL/RCL estava em 2,14, 15 pp. Com isso, foram realizadas novas operações de crédito que, junto com a queda da receita, elevaram novamente essa relação para acima do limite (gráfico 6.4.3).

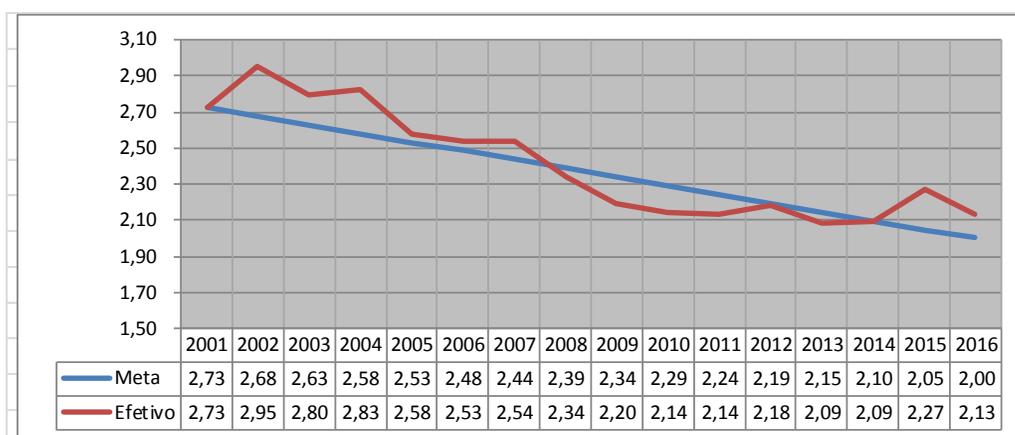


Gráfico 6.4.3. Endividamento efetivo e meta, 2001-2016

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, 6º bimestre de cada ano- Estado do RS.

6.5. Estado do Paraná

O Estado do Paraná ocupa a quinta posição no País pelo valor da receita corrente líquida, da qual detinha, em 2016, 5,9%. No período 2002-2016 a taxa média de crescimento da RCL foi 4,6%, a 11ª posição no País, um pouco superior à média nacional, que foi 4,4% e à mediana, 4,5%.

A Tabela 6.5.1 mostra os grandes agregados de despesa e de resultados e a receita de capital, em percentual da RCL, para o período 2002 a 2016. O ano de 2002 foi incluído para permitir as comparações no tempo, porque o foco são os quatorze anos compreendidos entre 2003 e 2016. Deixamos de fora três anos intermediários (2003 a 2005), por economia de espaço.

O Estado do Paraná em 2010 comprometia com receita corrente não financeira, que engloba despesa com pessoal e ODC, 86% da RCL. Em 2012 esse comprometimento foi de 90,8%, indo para 92% em 2016. Mesmo com o serviço da dívida pouco representativo, a situação orçamentária não foi muito favorável, embora muito melhor que a maioria dos principais estados selecionados.

A despesa com previdência é alta e crescente, passando de 19,7% em 2010 para 23,7% da RCL em 2016, em termos brutos. No último triênio, em dois anos o resultado primário foi negativo.

Tabela 6.5.1. Paraná - indicadores financeiros em % da RCL

Indicadores	2002	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal + ODC (*)	81,9	83,5	85,2	83,7	86,7	86,0	87,9	90,8	84,2	90,5	86,5	92,0
Previdência	15,8	18,1	18,9	17,6	18,2	19,7	20,3	23,9	22,4	22,3	21,7	23,7
Investimentos	11,2	12,0	6,2	6,7	7,3	9,7	4,8	7,6	7,5	7,0	3,6	10,8
Serviço da dívida	13,5	9,5	9,3	8,5	8,4	7,6	6,5	6,2	5,3	5,3	5,3	2,9
Receitas de capital	8,1	3,4	1,3	1,7	1,9	3,5	1,8	1,5	3,6	5,0	1,5	6,9
Resultado orçamentário	1,5	- 1,7	0,5	2,8	- 0,5	0,1	2,5	- 3,0	6,7	2,2	6,2	1,3
Resultado primário	7,3	4,4	7,7	8,8	5,8	5,3	7,0	1,8	8,6	- 3,2	5,7	-1,3

Fonte: Dados brutos STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.

(*) Despesa corrente não financeira. As receitas financeiras representaram em 2014 4,8% da RCL.

A tabela 6.5.2 mostra que, apesar o excelente crescimento da RCL no período 2011-2014 (34,7% ou 7,7% aa.), a despesa com pessoal + ODC cresceu 41,7% (9,1% ao ano), impulsionada em parte pelo alto crescimento da despesa com inativos e pensionistas, na ordem de 52,6% reais, ou 11,1% ao ano.

Tabela 6.5.2 . Estado do Paraná				
Crescimento real da RCL e dos agregados de despesa (*)				
Período	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Despesa previdência
2003-2006	10,9%	13,1%	-21,6%	27,1%
2007-2010	23,7%	27,4%	-1,0%	34,6%
2011-2014	34,7%	41,7%	-7,1%	52,6%
2015-2016	2,2%	3,8%	-42,8%	8,6%

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.
 (*) Não considera investimentos, cuja comparação em anos finais pode levar a distorções.

a) Margem para investir

A margem para investir do Estado do Paraná nos quinze anos da série nunca foi negativa e fez uma média de 4,8%, que pode se considerada boa, diante realidade nacional. Nem mesmo no último triênio ela caiu, embora em 2016 tenha sido ajudada pela queda do serviço da dívida. Com o grau de endividamento é baixo, conforme veremos adiante, foi possível fazer um nível de investimentos na ordem de 6,3%, com a participação de alguma receita de capital, especialmente em 2016, quando elas foram significativas, ao alcançarem 10,8% da RCL. No total de R\$ 2.482 milhões de receitas de capital há R\$ 2.042 milhões sob a denominação de receitas de capital diversas. Houve também 317 milhões de operações de crédito.

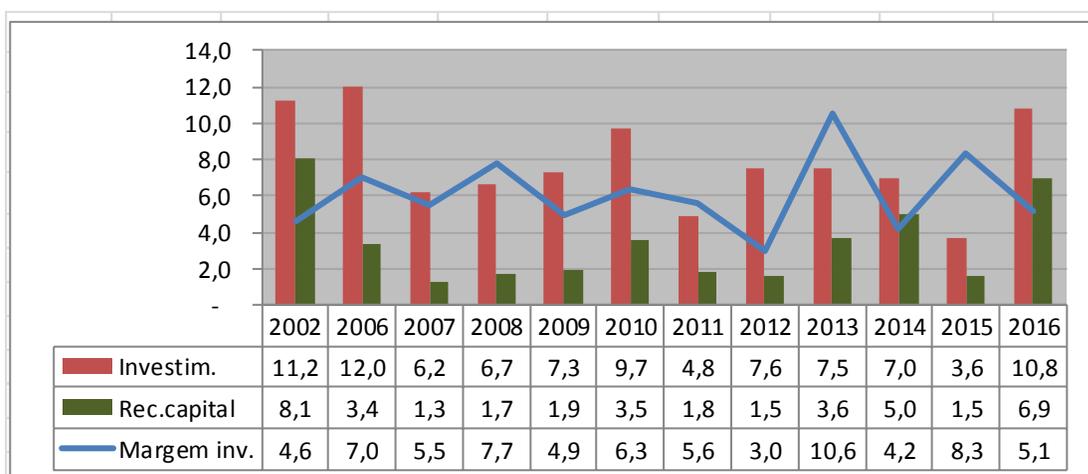


Gráfico 6.5.1. Estado de PR - Margem p/investir, investimentos e receitas de capital
Em percentual da RCL.

Fonte: Dados brutos STN Execução Orçamentária dos Estados e RREOs dos Estados.

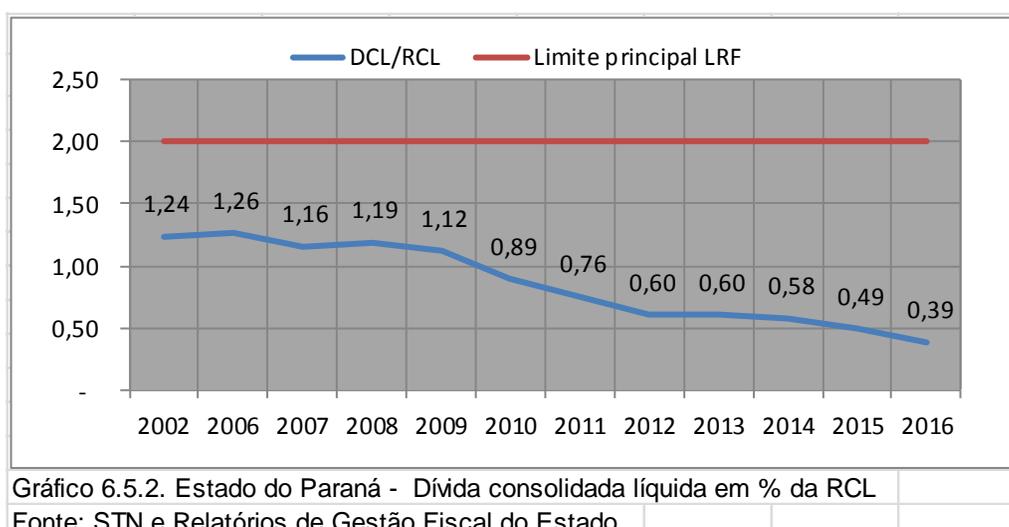
a) Grau de endividamento

O grau de endividamento do Estado do Paraná é baixo e decrescente, alcançando apenas 0,39 da RCL em 2016, depois de alcançar de 1,24 em 2002. O grande crescimento da receita e o montante pouco expressivo das operações de crédito são os responsáveis por esse fato.

Isso é duplamente vantajoso. Primeiro, porque despense pouco com serviço da dívida e segundo, porque na ausência de margem para investir, pode realizar investimentos usando a margem para endividamento.

Alguém poderá dizer que maior investimento propicia o progresso, o que está correto. Mas isso deve ser buscado na redução da despesa corrente, como o conseqüente aumento da margem para investir. Alto endividamento implica juros altos e a conseqüente redução dos recursos para aplicar nas atividades governamentais precípuas.

Estado do Paraná apresenta uma gestão equilibrada das finanças públicas. Isso explica, em parte, seu crescimento econômico melhor que a maioria dos estados.



6.6. Estado da Bahia

O Estado da Bahia ocupava em 2016 a 6ª posição no País em valor da receita corrente líquida (RCL), que cresceu 3,6% ao ano no período 2002-2016, ocupando a 21ª posição nesse desempenho, ficando abaixo da média nacional, que foi de 4,4% e da mediana, 4,5%.

A despesa corrente não financeira (pessoal + ODC) vem crescendo sistematicamente, ao ponto de alcançar 92% em 2015 e 92,8% em 2016. O reduzido e decrescente dispêndio com o serviço da dívida permite alguma margem para investir positiva, tratada adiante. O resultado primário foi negativo nos dois últimos anos, embora tenha contribuído muito para isso os altos investimentos (tabela 6.6.1).

Indicadores	2002	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal + ODC (*)	78,0	81,7	79,4	81,0	87,6	86,5	87,5	88,2	90,1	88,8	92,0	92,8
Previdência	11,3	12,4	13,8	14,0	15,6	14,8	15,8	16,7	17,4	17,7	19,1	22,8
Investimentos	15,4	8,6	6,9	9,3	10,0	12,2	10,4	9,7	10,7	10,1	8,7	11,1
Serviço da dívida	13,3	12,7	13,5	13,3	11,3	7,4	6,8	6,6	8,7	4,8	5,4	4,3
Receitas de capital	9,8	3,6	2,0	2,2	9,3	7,1	4,4	11,4	13,3	9,5	5,2	5,8
Resultado orçamentário	3,1	0,7	2,6	-1,5	0,4	1,0	-0,3	6,9	3,9	5,8	-0,8	-2,3
Resultado primário	8,3	9,1	14,1	9,5	4,3	4,0	3,7	5,5	1,2	4,0	-1,9	-3,5

Fonte: Dados brutos STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.
 (*) Despesa corrente não financeira.

A despesa com previdência vem em contínua ascensão desde 2002, o primeiro ano da série, tendo crescido bem mais que a RCL em todos os anos (tabela 6.6.2). Ao longo de 15 anos, dobrou seu percentual em relação à RCL, o que denota excessivo crescimento.

O fato positivo nas finanças do Estado é a queda contínua do serviço da dívida, que tem apresentado decréscimos reais em cada período, em relação ao anterior. O fato negativo é que, mesmo com um decréscimo de 5,1% na RCL no último biênio, a despesa com previdência tenha se expandido em 22%.

Crescimento real da RCL e dos agregados de despesa (*)				
Período	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Despesa previdência
2003-2006	24,5%	30,4%	18,7%	37,1%
2007-2010	18,4%	25,4%	-31,0%	41,6%
2011-2014	17,9%	21,1%	-23,6%	40,9%
2015-2016	-5,1%	-0,8%	-15,4%	22,0%

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.
 (*) Não considera investimentos, cuja comparação em anos finais

a) Margem para investir

O gráfico 6.6.1 apresenta a margem para investir no período em causa. Mesmo que ela não tenha sido alta, nunca foi negativa em todo o período em análise. O nível de investimentos do Estado foi relativamente alto em quase todos os anos (média 10%), havendo uma boa participação de receita de capital, em que a maior parte delas decorreu de operações de crédito, embora tenha havido transferências de capital.

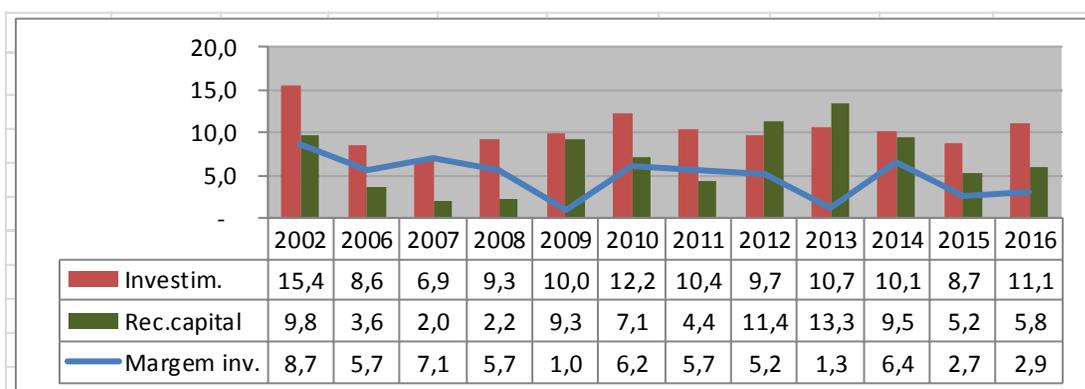


Gráfico 6.6.1. Estado de BA - Margem p/investir, investimentos e receitas de capital
Em percentual da RCL.

Fonte: Dados brutos STN Execução Orçamentária dos Estados e RREOs dos Estados.

b) Grau de endividamento

O grau de endividamento está baixo, embora tenha crescido no último biênio, ao passar de 0,40 em 2014 para 0,56 em 2016. Isso se deveu, nem tanto às operações de crédito, mas a queda da receita. Em 2002 ele era de 1,82, quase no limite da lei de responsabilidade fiscal, mas caiu sistematicamente de lá para cá.

É mais um bom indicador do Estado da Bahia a exemplo de outros, embora a despesa previdenciária venha crescendo muito, o que pode causar grandes complicações no futuro.

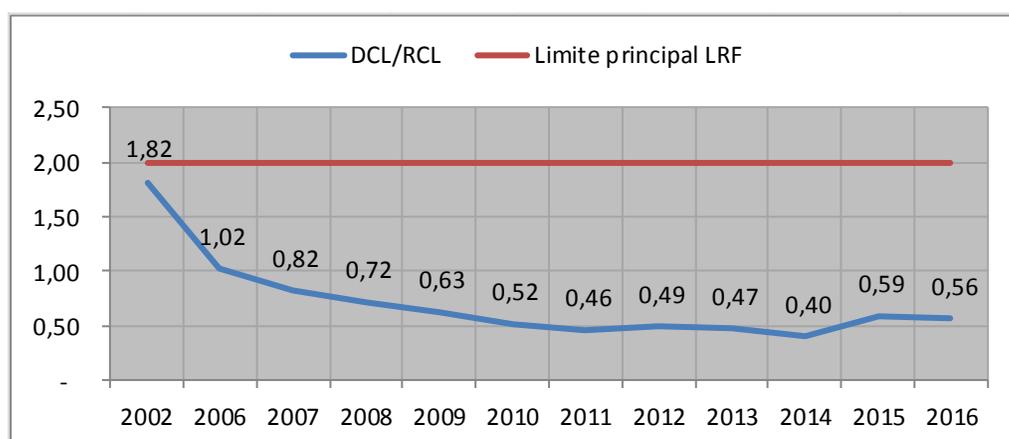


Gráfico 6.6.2. Estado da Bahia - Dívida consolidada líquida em % da RCL

Fonte: STN e Relatórios de Gestão Fiscal do Estado.

6.7. Distrito Federal

O Distrito Federal com 4,3% da RCL do País ocupava a 7ª posição em 2016. No período 2002-2016 cresceu 2,8% ao ano, ocupando a 25ª posição no País, cujo crescimento médio foi de 4,4%.

Pela tabela 6.7.1 se constata a grande deterioração das contas, a partir de 2011, quando a despesa corrente não financeira alcançou 105,3% da RCL em 2015. Em 2016 desceu para 98,1%, mas, mesmo assim, ficou muito alta.

O resultado primário foi muito baixo, em sete anos, e negativo em igual número de anos. O que torna menos grave é que o serviço da dívida é pouco

representativo. Da mesma forma, em vários anos o resultado orçamentário foi negativo.

Os gastos previdenciários, que eram de 9,1% da RCL em 2009, alcançaram 22,1% em 2016, 144% a mais em apenas sete anos.

Pela tabela 6.7.2 foi impressionante o crescimento da despesa previdenciária no último biênio, mais de nove vezes o crescimento da RCL.. Por isso, o enorme salto que se verificou na relação com a RCL, ao passar de 9,2% em 2014 para mais de 22% em 2015 e 2016. Pode ter ocorrido alguma mudança no sistema de registro contábil dos valores, que não foi possível identificá-la.

Indicadores	2002	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal + ODC (*)	91,1	90,4	83,9	86,7	92,5	90,0	92,2	92,5	94,2	93,2	105,3	98,1
Previdência	11,7	9,1	9,4	9,2	9,1	9,7	10,1	10,1	8,8	9,2	22,8	22,1
Investimentos	7,4	10,8	9,5	11,7	14,0	9,6	8,7	12,6	15,1	10,7	3,0	3,0
Serviço da dívida	2,8	2,4	2,4	2,1	2,4	2,2	2,2	2,1	2,0	2,1	1,9	1,6
Receitas de capital	2,7	2,6	1,4	3,4	6,5	4,1	3,5	6,5	3,7	5,5	3,0	2,2
Resultado orçamentário	1,4	-1,1	5,7	2,8	-2,3	2,3	0,4	-0,8	-7,6	-0,5	-7,2	-0,5
Resultado primário	2,0	-0,6	6,7	1,6	-4,4	0,3	0,1	-2,1	-7,3	-2,9	-3,9	-2,7

Fonte: Dados brutos STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.
 (*) Despesa corrente não financeira.

A despesa com pessoal mais ODC cresceu mais que a RCL nos dois últimos períodos governamentais. O serviço da dívida foi o agregado que menos cresceu no período.

Período	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Despesa previdência
2003-2006	-19,9%	-20,5%	-29,4%	8,9%
2007-2010	30,0%	29,4%	18,7%	37,5%
2011-2014	17,2%	21,4%	8,5%	11,1%
2015-2016	20,9%	27,3%	-4,1%	191,8%

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.
 (*) Não considera investimentos, cuja comparação em anos finais pode levar a distorções.

a) Margem para investir

A margem para investir que sempre fora positiva, foi negativa em 2015, na ordem de -7,1% da RCL, crescendo em 2016 para 0,3%, mas ainda muito baixa (gráfico 6.7.1) . Os investimentos foram geralmente altos, financiado em

parte por receitas de capital, tendo caído de forma expressiva nos anos de 2015 e 2016.

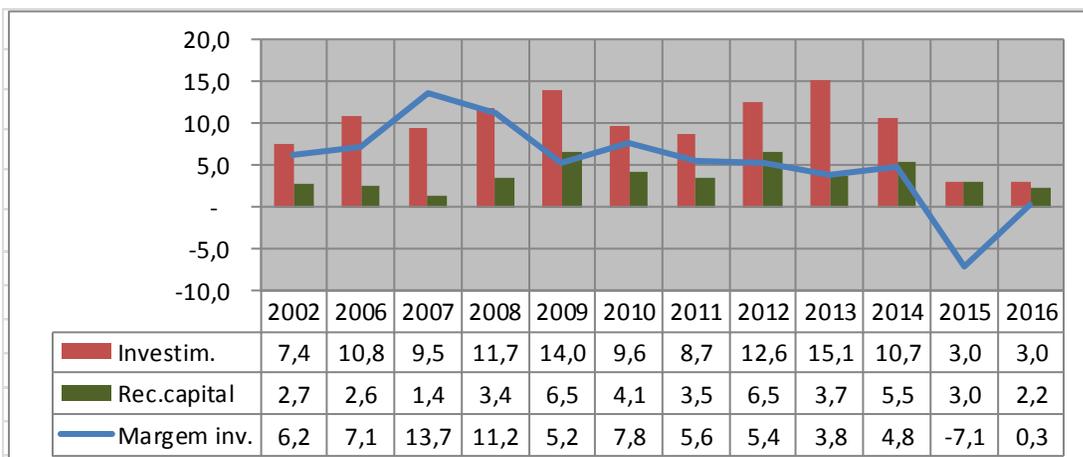


Gráfico 6.7.1. Distrito Federal - Margem p/investir, investimentos e receitas de capital em percentual da RCL.

Fonte: Dados brutos STN Execução Orçamentária dos Estados e RREOs dos Estados.

b) Grau de endividamento

O baixo grau de endividamento, na ordem de 0,30 da RCL em 2016, mesmo que tenha triplicado desde 2010, quando era de 0,10, é o indicador mais positivo do Distrito Federal. Baixo endividamento gera baixo valor do serviço da dívida, o que permite formar déficits orçamentários suportáveis,

Deve ser destacado, no entanto, que a continuar essa sequência de déficits primários, o grau de endividamento vai continuar aumentando e, com o passar dos anos, se tornará alto e até excessivo.

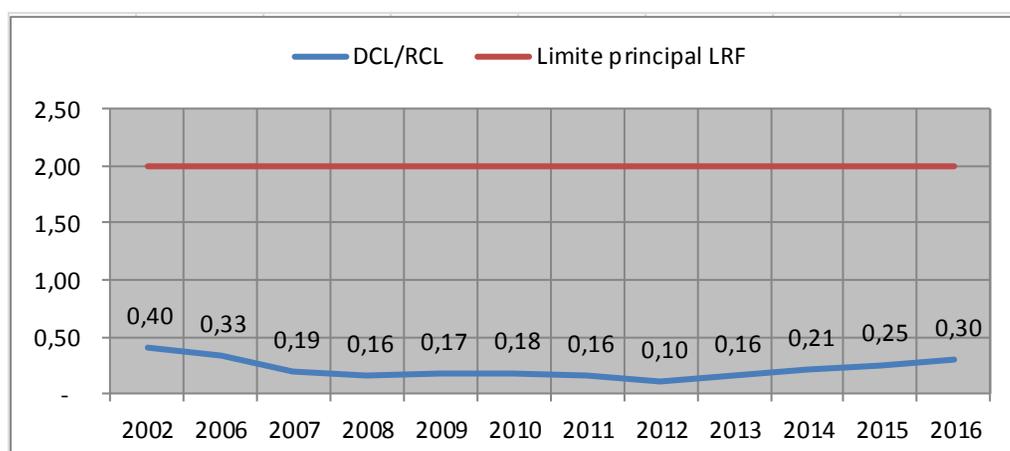


Gráfico 6.7.2. Distrito Federal - Dívida consolidada líquida em % da RCL

Fonte: STN e Relatórios de Gestão Fiscal do Estado.

6.8 . Estado de Pernambuco

O Estado de Pernambuco ocupava em 2016 a 8ª posição no valor da RCL total dos estados, da qual possui 3,6%. O crescimento no período 2002-2016

foi de 3,7%, ocupando a 20ª posição no País, ficando abaixo da média, que foi 4,4% e da mediana, 4,5%.

Pela tabela 6.8.1, se constata que o Estado vem mantendo mais ou menos constante a despesa corrente não financeira (pessoal + ODC), em torno de 90% da RCL, tendo alcançado 95,5% em 2014.

O resultado orçamentário foi deficitário nos anos 2014 e 2015, como também o resultado primário no quadriênio 2011-2014. Contribuíram para isso os altos investimentos financiados por receitas de capital.

Indicadores	2002	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal + ODC (*)	89,9	84,6	83,3	83,8	92,4	91,1	87,8	91,9	89,0	95,5	91,7	90,5
Previdência	19,2	20,5	20,1	19,1	19,5	18,0	17,3	18,5	18,6	19,8	20,6	20,8
Investimentos	18,5	9,2	7,9	10,5	17,2	18,3	16,2	17,8	20,8	16,1	6,3	6,4
Serviço da dívida	10,9	9,5	7,9	7,1	7,1	4,7	4,7	5,5	6,1	6,0	7,0	6,1
Receitas de capital	7,9	3,7	2,7	5,4	15,2	17,5	7,0	18,8	21,3	12,2	3,2	3,4
Resultado orçamentário	-11,5	0,4	3,5	4,0	-1,5	3,4	-1,8	3,5	5,3	-5,3	-1,8	0,4
Resultado primário	-1,5	6,8	9,1	7,3	-6,0	1,7	-2,4	-6,5	-6,1	-5,1	1,6	3,3

Fonte: Dados brutos STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.
 (*) Despesa corrente não financeira.

A despesa previdenciária vem se mantendo mais ou menos constante quando medida em relação à RCL, com leve expansão de 2011 para cá, tendo contribuído para isso também a queda da receita. No biênio 2015-2016, a queda da RCL foi de 5,3% e a despesa previdenciária caiu bem menos (-0,3%), devido sua rigidez (tabela 6.8.2).

O serviço da dívida é o agregado que mais tem caído ao longo do tempo, depois de alcançar 10,9% em 2002, atingiu 6,1% em 2016. Em 2011 representava apenas 4,7% da RCL, quando começou a se expandir, devido às operações de crédito realizadas daí em diante.

Período	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Despesa previdência
2003-2006	32,2%	1,1%	-7,0%	14,3%
2007-2010	13,6%	50,5%	-29,9%	22,7%
2011-2014	17,3%	23,0%	47,2%	29,0%
2015-2016	-5,3%	-10,2%	-2,8%	-0,3%

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.
 (*) Não considera investimentos, cuja comparação em anos finais

a) Margem para investir

A margem para investir, com algumas oscilações, vem caindo desde 2008. Em 2015 e 2016 experimentou uma leve melhora, mas ainda permaneceu baixa.

Entre 2008 e 2014, houve grandes investimentos, que foram financiados em grande parte por operações de crédito, já referidas. No biênio 2015-2016 houve grande queda dos investimentos e também das operações de crédito.

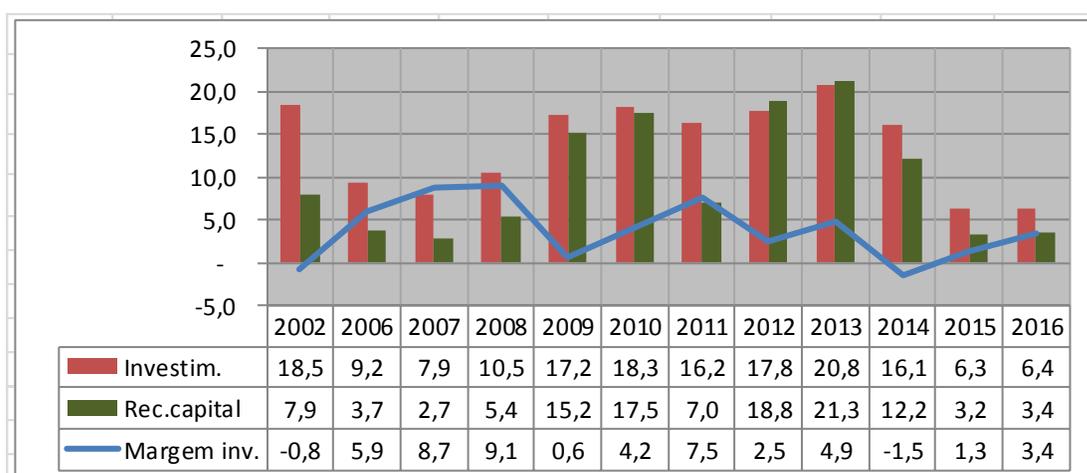


Gráfico 6.8.1. Estado de PE - Margem p/investir, investimentos e receitas de capital
Em percentual da RCL.

Fonte: Dados brutos STN Execução Orçamentária dos Estados e RREOs dos Estados.

a) Grau de endividamento

O grau de endividamento é baixo, de apenas 0,58 da RCL em 2016, mas vem crescendo sistematicamente ano a ano, a partir de 2010, devido às operações de crédito para financiar os altos investimentos, que, de 2009 a 2014, ficaram próximos de 18% da RCL, em média. Em 2002 o grau de endividamento era de 1,25. Apesar do financiamento dos investimentos citados, ela ainda está na metade do que era há 15 anos (gráfico 6.8.2).

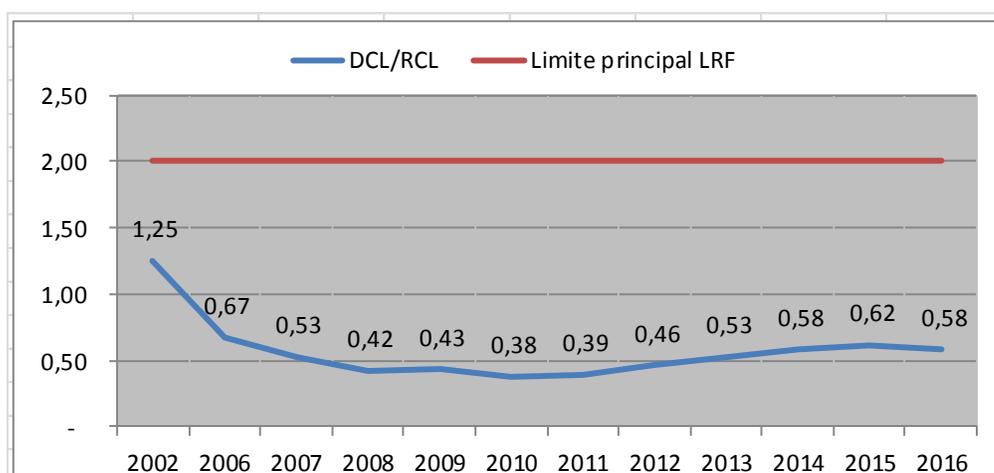


Gráfico 6.8.2. Estado de Pernambuco - Dívida consolidada líquida em % da RCL

Fonte: STN e Relatórios de Gestão Fiscal do Estado.

6.9. Estado de Santa Catarina

O Estado de Santa Catarina, com 3,5% da RCL nacional, ocupa a 9ª posição nacional. A taxa anual de crescimento da RCL no período 2002-2016 foi de 4,8%, ocupando a oitava posição no País, acima da média nacional (4,4%). Santa Catarina apresenta o maior crescimento da RCL depois de sete

estados da Região Norte e Centro Oeste, que ocupam os primeiros lugares no País.

A tabela 6.9.1 mostra que a partir de 2011 aumentou muito a despesa corrente não financeira do Estado, ao passar de 81,3% para 89% em 2015 e 91,2% em 2016.

O resultado orçamentário foi negativo de 1,2% em 2015 e positivo de apenas 0,5% da RCL em 2016, mas teria sido negativo não fosse a redução do serviço da dívida, 8,9% da RCL para 6%, de 2015 para 2016. O resultado primário foi negativo no último triênio, para o que também contribuiu os altos investimentos, num média de 10% de RCL.

Indicadores	2002	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal + ODC (*)	86,8	92,9	79,6	73,6	81,9	81,9	81,3	85,8	88,1	88,8	89,0	91,2
Previdência	21,1	22,4	19,1	16,9	18,6	19,2	19,5	21,0	21,6	22,5	24,3	26,2
Investimentos	32,4	9,6	7,0	9,3	10,4	9,0	7,1	6,7	9,0	12,0	9,6	8,7
Serviço da dívida	14,8	13,1	11,2	10,6	12,0	10,1	10,5	21,4	13,7	7,4	8,9	6,0
Receitas de capital	29,4	3,2	2,6	2,4	1,1	1,1	1,1	11,6	13,2	10,2	6,3	6,4
Resultado orçamentário	-4,6	-12,3	4,9	9,0	-3,1	0,0	2,2	-2,3	2,4	2,1	-1,2	0,5
Resultado primário	-18,6	-2,7	12,9	15,5	5,9	7,2	8,8	5,8	1,8	-3,5	-1,6	-3,6

Fonte: Dados brutos STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.
 (*) Despesa corrente não financeira.

A despesa previdenciária passou de 16,9% da RCL em 2008 para 26,2% em 2016. A partir de 2011, o crescimento da despesa previdenciária passou a ser maior que o da RCL, 39% para 18,7% entre 2011 e 2014 e 13,1% para 2,6% negativos, no biênio 2015-2016.

O que favoreceu as finanças do Estado foi a queda do serviço da dívida, de 13% no quadriênio 2011-2014 e de 21,2% no último biênio (Tabela 6.9.2). Nos dois períodos citados, o crescimento da despesa com pessoal + ODC superou o da RCL.

Crescimento real da RCL e dos agregados de despesa (*)				
Período	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Despesa previdência
2003-2006	11,0%	18,8%	-1,6%	17,9%
2007-2010	49,9%	32,2%	15,7%	28,7%
2011-2014	18,7%	28,7%	-13,0%	39,0%
2015-2016	-2,6%	0,0%	-21,2%	13,1%

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.
 (*) Não considera investimentos, cuja comparação em anos finais pode levar a distorções.

a) Margem para investir

As contas do Estado de Santa Catarina passaram a se deteriorar a partir de 2009. Depois de dois anos de margem para investimentos superior a 8%, em 2010 e 2011, em 2012 e 2013 ela foi negativa. Nos anos seguintes, foi positiva, mas muito baixa, inferior a 3%, em média.

Os investimentos continuaram altos, mas financiados por receitas de capital, especialmente, operações de crédito.

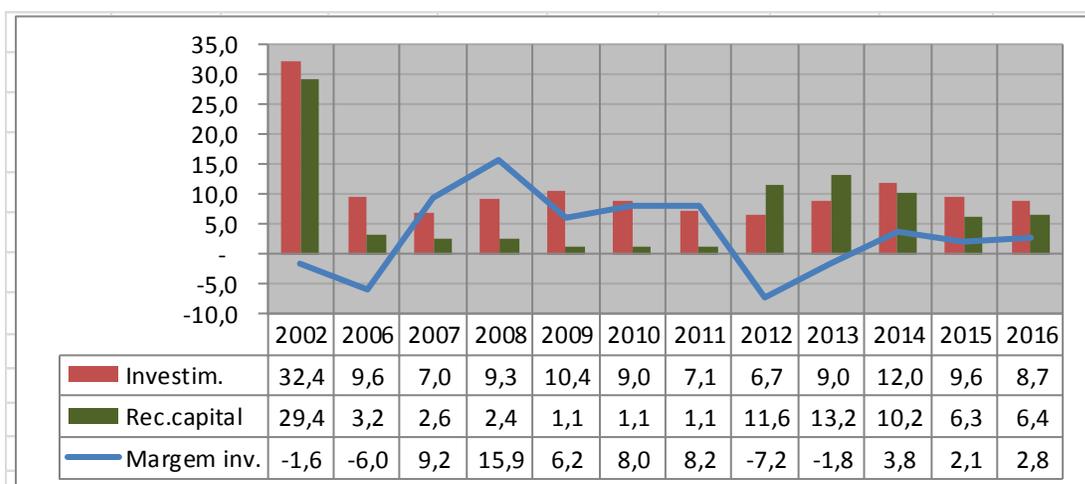


Gráfico 6.9.1. Estado de SC - Margem p/investir, investimentos e receitas de capital
Em percentual da RCL.

Fonte: Dados brutos STN Execução Orçamentária dos Estados e RREOs dos Estados.

b) Grau de endividamento

As operações de crédito citadas no item anterior e a queda da receita contribuíram para o aumento do grau de endividamento a partir de 2013, que passou de 0,41 da RCL em 2012 para 0,50 em 2016. O grau de endividamento do Estado de Santa Catarina ainda é baixo, mas não está em consonância com o serviço da dívida que, apesar de decrescente, é alto. A relação DCL/RCL caiu sensivelmente a partir de 2002, quando alcançava 1,95.

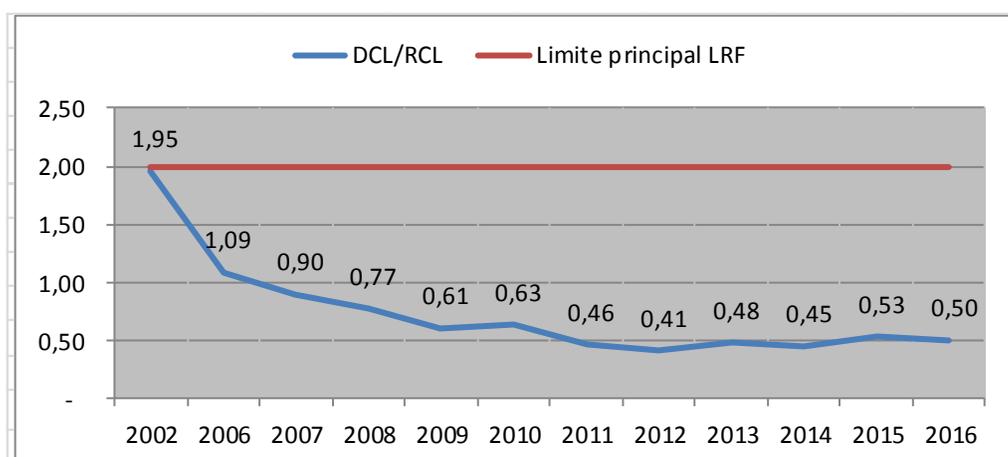


Gráfico 6.9.2. Estado de Santa Catarina - Dívida consolidada líquida em % da RCL

Fonte: STN e Relatórios de Gestão Fiscal do Estado.

6.10. Estado de Goiás

O Estado de Goiás ocupa a 10ª posição no País no valor da RCL, que corresponde a 3,3% do total nacional. A taxa média de crescimento no período 2002-2016 foi de 5,6%, muito acima da média nacional, que foi 4,4%. Foi a quarta taxa de crescimento do País.

Observa-se na tabela 6.10.1 que a contar de 2012 a despesa com pessoal + ODC aumentou muito sua participação na RCL, embora o Estado de Goiás tenha sido o que mais aumentou a receita entre os dez estados selecionados.

Indicadores	2002	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal + ODC (*)	93,1	85,5	85,8	81,7	86,1	86,8	80,5	87,1	85,7	86,5	91,4	88,9
Previdência	21,5	18,4	17,7	16,3	17,8	11,9	16,4	17,7	14,9	15,6	17,9	17,7
Investimentos	9,1	5,8	5,9	8,4	8,4	11,3	4,3	13,8	12,1	16,9	8,8	4,9
Serviço da dívida	11,3	12,6	11,3	11,0	11,8	10,7	23,0	14,2	14,6	15,6	14,7	9,7
Receitas de capital	11,9	3,0	1,7	2,7	3,4	2,7	14,1	12,7	9,2	11,3	4,5	0,5
Resultado orçamentário	-1,6	-0,9	-1,3	1,6	-2,9	-6,1	6,3	-2,4	-3,3	-7,7	-10,5	-3,1
Resultado primário	8,0	10,7	9,1	12,2	8,3	2,0	15,2	6,8	3,5	-3,9	0,0	5,2

Fonte: Dados brutos STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.

(*) Despesa corrente não financeira.

Em todo o período considerado, somente em dois exercícios não ocorreram déficits orçamentários, sendo eles mais expressivos em 2015 e em 2016. Teria sido mais alto nesse último ano não fosse a redução do serviço da dívida, que caiu quase R\$ 1 bilhão.

A partir de 2011, a despesa previdenciária passou a crescer bem mais que a RCL, ao ponto de passar de 11,9% desta em 2010 para 17,9% em 2016 (tabelas 6.10.1 e 6.10.2). O serviço da dívida, conforme referido, apresentou queda em 2016, em relação ao ano anterior.

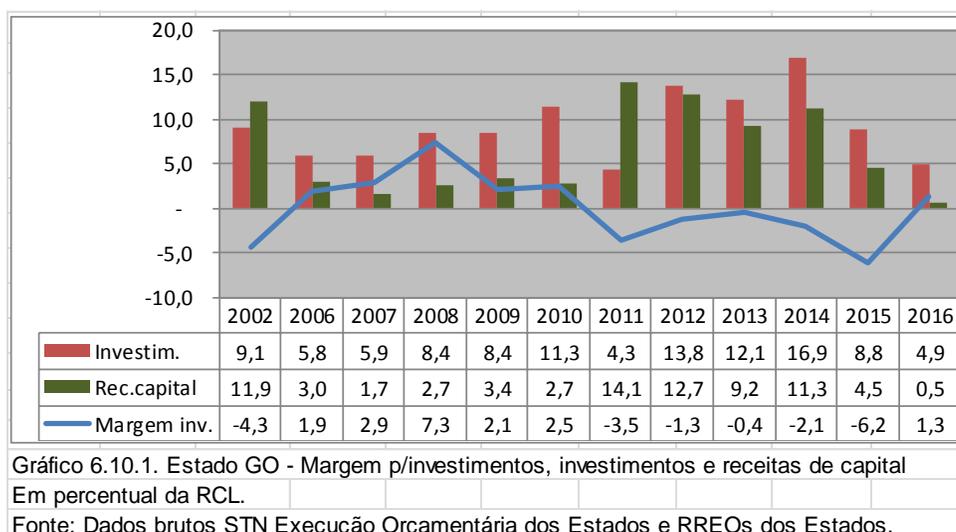
Período	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Despesa previdência
2003-2006	31,6%	20,8%	47,4%	12,8%
2007-2010	34,5%	36,7%	13,6%	-12,7%
2011-2014	24,9%	24,4%	82,4%	62,8%
2015-2016	-2,5%	0,2%	-39,1%	10,6%

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.

(*) Não considera investimentos, cuja comparação em anos finais pode levar a distorções.

a) Margem para investir

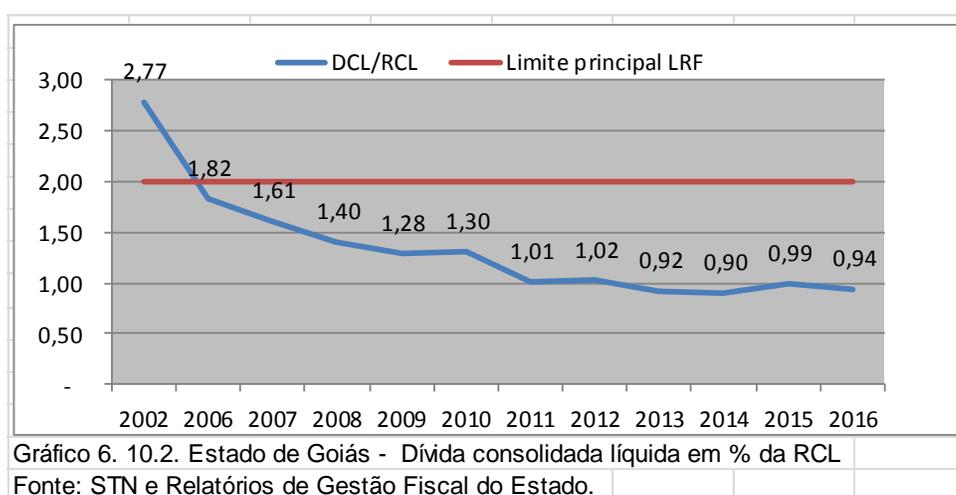
A margem para investir foi negativa nos últimos seis anos. Os investimentos têm sido altos, mas financiados por receitas de capital, operações de crédito, e, principalmente, por déficits orçamentários, que se transformam em dívida de curto prazo. O efeito disso no endividamento é tratado no item seguinte.



c) Grau de endividamento

O grau de endividamento que chegou a 2,77 da RCL em 2002 baixou sistematicamente até 2014, quando alcançou 0,90. A margem para investir foi negativa entre 2011 e 2015 e mesmo assim foram realizados altos investimentos, que foram financiados por receitas de capital, basicamente operações de crédito, que superaram R\$ 7 bilhões no período, em valores correntes. Isso, se não aumentou o grau de endividamento, reduziu drasticamente seu ritmo de queda.

A queda teria sido muito maior, não fosse o alto crescimento da receita que, como denominador da fração, anula os efeitos produzidos pelo crescimento do numerador, decorrente das novas dívidas.



7. Está no serviço da dívida a causa da crise dos estados?

Os estados costumam atribuir ao acordo da dívida com a União a culpa por suas mazelas financeiras. No entanto, os números mostram que as causas principais são outras.

Selecionando-se dez estados que juntos possuem 72,4% da receita corrente líquida total (quase $\frac{3}{4}$), constata-se que eles em 2015 despenderam somente em pessoal e outras despesas correntes praticamente 94% da RCL (93,82%). Restou, então, para o serviço da dívida e investimentos apenas 6,18% da RCL. Como o serviço da dívida foi 9,37%, a margem para investir foi negativa em 3,19%. Isso quer dizer que os governos precisaram financiar parte das despesas correntes com recursos extraordinários, geralmente operações de crédito ou venda de bens patrimoniais (tabela 7.1).

O mais grave é que dois deles, Distrito Federal e Rio Grande do Sul despenderam mais de 100% da RCL só com pessoal mais ODC, resultando como a margem para investir -7,1% e -14,5%, respectivamente. Minas Gerais e Rio de Janeiro apresentaram margem para investir de -11,6% e -8,5, respectivamente. Em sete deles o dispêndio com pessoal mais ODC foi superior a 91,43%.

Outro indicador, o resultado primário, foi negativo em seis estados, nos dez selecionados, atingindo a média de 1,63% da RCL. O resultado primário também não contempla o serviço da dívida.

Alguns indicadores em % da RCL							
Ordem	UF	Pessoal + ODC	Restante da RCL	Serviço dívida	Margem p/investir	Investimentos	Resultado Primário
1	DF	105,27	-5,3	1,9	-7,1	3,0	-3,9
2	RS	102,64	-2,6	11,9	-14,5	2,6	-5,6
3	MG	98,56	1,4	13,0	-11,6	6,9	-6,2
4	RJ	94,37	5,6	14,2	-8,5	13,0	-7,7
5	BA	91,96	8,0	5,4	2,7	8,7	-1,9
6	PE	91,73	8,3	7,0	1,3	6,3	1,6
7	GO	91,43	8,6	14,7	-6,2	8,8	0,0
8	SC	88,98	11,0	8,9	2,1	9,6	-1,6
9	SP	86,82	13,2	11,6	1,6	8,7	3,5
10	PR	86,46	13,5	5,3	8,3	3,6	5,7
	Média	93,82	6,18	9,37	-3,19	7,12	-1,63

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.

A tabela 7.2 apresenta a mesma situação em 2016. Mesmo com o ajuste feito pelos estados, o gasto com pessoal mais ODC aumentou de 93,82% para 94,61%. Isso se deve à queda da receita e à rigidez da despesa. O que restou da RCL para o pagamento do serviço da dívida e investimentos foi tão somente

5,39%. Como o serviço da dívida caiu de 9,37% para 5,83%, a margem para investir ficou em - 0,43%.

Permaneceram ainda dois estados com gasto com pessoal mais ODC acima de 100% da RCL. Foram eles o Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tanto Distrito Federal, como Rio Grande do Sul baixaram para menos de 100%, mas ficaram muito próximo dele.

A margem para investir do Estado do Rio de Janeiro desceu para -18,7% e Minas Gerais, para -5,7%. A do Distrito Federal subiu para 0,3% e a do Rio Grande do Sul para 1,1%. Mas no caso do RS, houve uma receita extra de R\$ 1,280 bilhão, que está inflando o resultado.

O resultado primário foi negativo em seis estados dos dez selecionados, numa média de 1,9% da RCL. O resultado primário também não contempla o serviço da dívida.

Tabela 7.2. Síntese financeira dos estados selecionados, 2016							
Alguns indicadores em % da RCL							
Ordem	UF	Pessoal + ODC	Restante da RCL	Serviço dívida	Margem p/investir	Investimentos	Resultado Primário
1	RJ	108,54	-8,5	10,2	-18,7	5,8	-13,7
2	MG	100,26	-0,3	5,4	-5,7	5,7	-6,1
3	DF	98,10	1,9	1,6	0,3	3,0	-2,7
4	RS	94,14	5,9	4,8	1,1	3,0	2,3
5	BA	92,79	7,2	4,3	2,9	11,1	-3,5
6	PR	91,95	8,0	2,9	5,1	10,8	-1,3
7	SC	91,17	8,8	6,0	2,8	8,7	-3,6
8	PE	90,51	9,5	6,1	3,4	6,4	3,3
9	SP	89,64	10,4	7,2	3,1	8,7	1,1
10	GO	88,95	11,1	9,7	1,3	4,9	5,2
	Média	94,61	5,39	5,83	-0,43	6,81	-1,90

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.

Diante disso, dá para dizer que três estados, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais só não estão falidos, porque não existe esta figura no direito brasileiro. Mas dos dez estados selecionados, a maioria deles estão em difícil situação financeira, com resultados primários negativos ou muito baixos e com a mínima margem para investir.

A maioria deles precisará de ajuda federal para sair da crise, mas terão que fazer o dever de casa, especialmente, uma reforma da previdência para valer. Essa ajuda federal, no entanto, encontra a barreira nas dificuldades orçamentárias do governo federal, que, apesar da maior participação na receita disponível nacional, apresenta uma alta vinculação da receita, superando 90%, segundo alguns estudos.

Os estados precisam também **cumprir a lei de responsabilidade fiscal**, no tocante à despesa com pessoal, sem valer-se de subterfúgios que excluem

de seu cômputo em torno de 15% da RCL. Com isso, quando atingem o limite de 60%, eles estão, na realidade, em 75%. Com isso, os 25% restantes são insuficientes até para cobrir os gastos correntes, ficando sem cobertura orçamentária os investimentos e o serviço da dívida, que só podem ser realizados com mais impostos ou endividamento. O link a seguir, referente ao texto "*Porque os estados não se equilibram orçamentariamente?*" p.24-29, traz uma análise sobre o assunto.

http://www.darcyfrancisco.com/arquivos/Por_que_estados_nao

Conclusão

No intervalo decorrido entre 2002 e 2016, em 14 anos, a taxa média de crescimento da RCL dos estados foi de 4,4%. Nos dez principais estados, a taxa de crescimento ficou muito abaixo da média, culminando com 3,3% no Rio Grande do Sul, 2,7% em São Paulo e 1,5% no Rio de Janeiro. As altas taxas ocorreram nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, seguidos de Paraná e de Santa Catarina, que são exceções à regra.

A causa principal disso está no ICMS, principal tributo dos estados. Segundo os economistas José Roberto Afonso e Kleber Pacheco de Castro, o ICMS é um imposto obsoleto, por alcançar basicamente bens, numa economia cada vez mais baseada em serviços, além da guerra fiscal.

No período 2011-2014, ao lado de um crescimento menor da receita, houve grande aumento da despesa corrente não financeira (pessoal + ODC), que cresceu praticamente 20% em termos reais, muito superior ao crescimento da RCL, que foi pouco mais da metade (11,7%).

Mas o item que mais cresceu nos estados foi a despesa com previdência, numa média de 7,7% ao ano, entre 2002-2016, quase o dobro do crescimento da RCL. Ela passou de 13,9% em 2010 para 18,6% em 2016 da RCL. O maior crescimento se verificou nos estados menores.

A margem para investir e o resultado primário globais, que eram crescentes até 2008, apresentaram daí em diante sensível declínio, este último alcançando índice negativo nos exercícios de 2013 e 2014.

No período 2011-2014, em dez estados selecionados, com exceção de Goiás, a despesa com pessoal somada às outras despesas correntes (ODC) apresentou crescimento muito superior ao da RCL. Nisso destacam-se RS, RJ e MG, pela ordem.

Em sete desses estados, em 2015 e 2016, a soma da despesa com pessoal mais ODC superou 91% da RCL, restando menos de 9% para cobertura do serviço da dívida e dos investimentos. Portanto, a culpa da crise não está no serviço da dívida, como costumam dizer.

Também não foram os investimentos que causaram os déficits, porque a **margem para investir** (onde eles não entram) foi negativa em 2015, e 2016, melhorando um pouco neste último ano, em função da redução do serviço da dívida, decorrente do acordo assinado com a União por muitos estados, em 2016, no qual obtiveram desconto nas prestações, por dois anos.

Em resumo, podemos dizer que, mesmo que tenha caído a arrecadação nos últimos anos, a causa principal da crise financeira dos estados foi a **irresponsabilidade fiscal**, porque gastaram muito além do que arrecadaram.

O novo acordo da dívida de 2016 ainda não é suficiente para o enfrentamento das necessidades financeiras dos três estados que estão em pior situação. Eles precisam aderir ao Regime de Recuperação Fiscal dos

Estados e Distrito Federal, que ainda depende aprovação do Congresso Nacional e, uma vez aprovado, precisa passar pelas assembleias legislativas dos estados interessados, que não estão muito de acordo em aprovar todas as exigências nele contidas.

Pode-se dizer também que muitos estados, além dos três citados, precisarão ajuda federal para sair da crise, mas terão que fazer o dever de casa, especialmente, uma reforma da previdência para valer. Os estados precisam também cumprir a lei de responsabilidade fiscal, no tocante à despesa com pessoal, sem subterfúgios para a exclusão de grande parte da despesa.

No entanto, a ajuda federal referida encontra a barreira das dificuldades orçamentárias do governo federal, que, apesar da maior participação na receita disponível nacional, apresenta uma alta vinculação da receita, superando 90%, segundo alguns estudos.

Os estados que aderirem ao acordo tem que ter um cuidado especial para quando retornar o pagamento integral das prestações da dívida. Mesmo com a possibilidade de prorrogação do acordo por mais três anos, os estados tem que continuar o ajuste fiscal e torcer para o reerguimento a economia, porque daí em diante terão que caminhar por conta própria, sem a ajuda da União.

A grande bandeira precisa ser a responsabilidade fiscal.

Referências bibliográficas

Afonso – José Roberto Rodrigues e **Pinto** – Vilma da Conceição

Despesa estadual com pessoal ativo e do Executivo - uma comparação entre unidades federadas.

Afonso, José Roberto e **Castro**, Kleber Pacheco de. A crise do (refinanciamento) da saúde. Artigo publicado na Revista Conjuntura Econômica de maio/2016, p.22-24.

Giambiagi, Fabio; **Tafner**, Paulo. Demografia: A Ameaça Invisível. O dilema previdenciário. Rio de Janeiro. Elsevier, 2010.

Ministério da Fazenda – Nota técnica de abril/2006 sobre crescimento da despesa com pessoal dos estados.

Santos – Darcy Francisco Carvalho dos

Estados brasileiros em 15 anos de lei responsabilidade fiscal

Disponível em: <http://www.darcyfrancisco.com/arquivos/15%20anos%20LRF1>

Por que os estados não se equilibram orçamentariamente. Disponível em:

http://www.darcyfrancisco.com/arquivos/Por_que_estados_nao

Secretaria do Tesouro Nacional. Execução Orçamentária dos Estados.

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/execucao-orcamentaria-dos-estados>

Link dos Estados

Acre

<http://www.lrf.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/lrf?1dmy&urile=wcm%3apath%3a/Portal+Governo+Acre/Portal+do+Governo+do+Acre/Governo+do+Estado/LRF/Exercicio+de+2014/>

<http://www.lrf.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/lrf?1dmy&urile=wcm%3apath%3a/Portal+Governo+Acre/Portal+do+Governo+do+Acre/Governo+do+Estado/LRF/Exercicio+de+2013/>

Alagoas

<http://gcs.sefaz.al.gov.br/sfz-gcs-web/documentos/visualizarDocumento.action?key=DUGdSgyYIcI%3D>

<http://gcs.sefaz.al.gov.br/sfz-gcs-web/documentos/visualizarDocumento.action?key=7IbmXou0r5s%3D>

Amazonas

<http://www.sefaz.am.gov.br/subMenu2.asp?categoria=15908>

<http://www.sefaz.am.gov.br/subMenu2.asp?categoria=21408>

Amapá

<http://www.sefaz.ap.gov.br/images/DOCS/rreo/14/REPUBLICADO%20-%20RREO%20%20-%206%20bimestre%20%202014.xls>

http://www.sefaz.ap.gov.br/images/DOCS/rreo/13/3_bimestre_20131.pdf

Bahia

<http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/execucao/bimestrais.htm>

Ceará

http://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/financas_publicas/gerados/lrf_2014.asp

http://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/financas_publicas/gerados/lrf_2013.asp

Distrito Federal

http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/contas_publicas/documentos/RREOdezembro2014.pdf

http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/contas_publicas/documentos/RREOdezembro2013.pdf

Espírito Santo

<http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/leirf/index.php>

Goiás

http://www.transparencia.go.gov.br/admin/uploaded/Demonstrativo%20%20-%20Balan%C3%A7o%20Or%C3%A7ament%C3%A1rio_13.pdf

http://www.transparencia.go.gov.br/admin/uploaded/Demonstrativo%20%20-%20Balan%C3%A7o%20Or%C3%A7ament%C3%A1rio_7.pdf

Mato Grosso do Sul

<http://www.sefaz.ms.gov.br/age/index.php?inside=%271&tp=3&show=5360>

Mato Grosso

<http://www.sefaz.mt.gov.br/portal/Financeiro/ContGovernamental/RelLeiResponFiscal.php>

Estado do Pará

<http://www.sefa.pa.gov.br/index.php/receitas-despesas/contabilidade-geral/2503-relatorio-bimestrais>

Paraíba

http://www.siaf.cge.pb.gov.br/CGE/jspServMenuPrincipal_aux?opcao=7&EXERCICIO=2014

Pernambuco

<https://www.sefaz.pe.gov.br/Transparencia/Financas/Paginas/Demonstrativos-da-lei-de-Responsabilidade-Fiscal.aspx>

Piauí

<http://www.sefaz.pi.gov.br/index.php/transparencia/relatorios-da-lei-de-responsabilidade-fiscal-lrf>

Paraná

<http://www.fazenda.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=438>

Rio de Janeiro

http://www.transparencia.rj.gov.br/sefaz/faces/oracle/webcenter/portalapp/pages/navigation-renderer.jspx?_afLoop=19215091024000&datasource=UCMServer%23dDocName%3A1169978&_adf.ctrl-state=17lx0n5aiw_69

Rio Grande do Norte

<http://www.transparencia.rn.gov.br/rgf.aspx>

Roraima

<http://www.transparencia.rr.gov.br/index.php/15-consultas-publicas/relatorios-lrf/49-relatorios-lrf-2013#6º-bim>

Rio Grande do Sul

https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaMenu.aspx?MenuAlias=m_rpec_rrer

Santa Catarina

<http://www.sef.sc.gov.br/relatorios/dcoq/relat%C3%B3rio-resumido-da-execu%C3%A7%C3%A3o-or%C3%A7ament%C3%A1ria>

Sergipe

<http://www.transparenciasergipe.se.gov.br/setp/index.html#>

São Paulo

http://www.fazenda.sp.gov.br/execucao/default_rs.shtm

Tocantins

<http://transparencia.to.gov.br/prestacao-de-contas/responsabilidade-fiscal>

Tesouro dívida/RCL

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/indicadores-fiscais-e-de-endividamento-de-estados-e-municipios?redirect=http%3A%2F%2Fwww.tesouro.fazenda.gov.br%2Fhome%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_keywords%3Ddivida%2Bconsolidada%2Bliquida%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252F

**TABELAS FINAIS DOS ESTADOS SELECIONADOS
RCL E GRANDE AGREGADOS DE DESPESA**

Tabela finais dos estados selecionados									
Estado de São Paulo					Estado do Rio de Janeiro				
RCL e grandes agregados de despesa					RCL e grandes agregados de despesa				
Em R\$ 1.000,00 constes pelo IPCA.					Em R\$ 1.000,00 constes pelo IPCA.				
Ano	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Previdência	Ano	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Previdência
2002	99.507.764	81.088.742	10.505.382	22.200.800	2002	37.835.078	33.163.641	4.941.832	8.955.336
2003	95.478.318	79.397.088	11.427.860	21.189.940	2003	44.154.097	37.954.089	4.907.024	9.772.351
2004	102.602.760	84.556.587	10.710.956	21.393.054	2004	47.295.806	40.033.759	5.102.142	9.160.708
2005	110.144.670	89.503.232	11.470.971	22.368.822	2005	48.131.412	41.612.415	5.127.311	9.608.840
2006	120.614.081	99.847.510	13.299.232	23.611.860	2006	52.227.130	44.397.238	5.258.684	10.634.760
2007	126.744.296	100.969.806	12.567.417	23.353.018	2007	52.287.972	43.304.630	5.630.732	10.254.070
2008	139.273.466	109.854.074	13.604.485	24.688.669	2008	58.807.065	47.542.270	5.639.141	10.632.045
2009	140.598.713	110.974.332	14.422.563	25.417.287	2009	52.382.268	46.249.896	5.557.712	11.077.932
2010	155.309.877	119.523.532	14.848.428	23.014.609	2010	59.557.097	49.892.420	5.360.158	11.851.409
2011	157.349.413	124.572.129	15.860.042	24.706.276	2011	63.192.055	53.289.517	5.785.512	12.784.685
2012	160.187.875	131.232.974	16.714.299	28.045.275	2012	62.437.460	56.230.109	6.505.742	13.721.515
2013	168.255.999	137.417.029	17.439.759	29.157.115	2013	61.126.480	57.936.715	7.265.409	14.804.271
2014	166.082.303	137.269.200	18.220.282	30.060.570	2014	56.419.381	56.030.545	7.922.528	15.602.630
2015	157.859.816	137.052.690	18.336.066	30.346.978	2015	55.890.384	52.742.544	7.921.673	14.526.954
2016	145.324.876	130.267.551	10.502.357	29.765.145	2016	46.298.705	50.254.632	4.716.388	15.783.642

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.

Estado de Minas Gerais					Estado do Rio Grande do Sul				
RCL e grandes agregados de despesa					RCL e grandes agregados de despesa				
Em R\$ 1.000,00 constes pelo IPCA.					Em R\$ 1.000,00 constes pelo IPCA.				
Ano	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Previdência	Ano	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Previdência
2002	29.820.428	31.898.090	3.731.260	8.695.160	2002	23.099.068	20.842.955	3.013.622	7.370.513
2003	32.346.063	28.820.186	3.488.805	9.278.287	2003	23.598.999	20.621.115	3.068.441	7.371.975
2004	34.506.214	28.841.695	3.647.983	9.106.939	2004	23.166.104	21.628.826	2.949.796	7.417.387
2005	38.029.613	29.819.962	3.887.776	9.022.797	2005	24.576.012	22.272.257	3.243.161	7.591.185
2006	41.301.260	32.506.110	4.386.140	9.766.029	2006	25.709.176	23.528.208	3.223.974	8.087.641
2007	45.148.614	35.276.573	4.559.044	10.278.642	2007	26.395.602	23.772.972	3.206.933	8.525.497
2008	51.941.640	39.540.427	5.095.701	10.843.775	2008	29.398.875	24.463.761	3.300.199	8.669.728
2009	47.166.524	37.240.043	5.208.299	10.534.085	2009	29.490.383	25.466.072	3.338.839	9.157.189
2010	51.183.648	41.580.041	5.236.871	12.643.621	2010	33.059.483	27.503.800	3.263.856	9.878.975
2011	53.678.778	44.293.376	5.927.498	13.419.370	2011	32.543.439	28.668.567	3.533.804	10.287.486
2012	54.785.555	46.401.274	8.507.278	14.535.498	2012	32.986.279	30.205.224	3.595.448	10.974.972
2013	55.277.473	48.285.181	9.930.805	15.204.120	2013	35.520.691	32.965.067	3.648.913	11.770.095
2014	57.295.276	49.973.817	6.735.234	16.571.936	2014	35.886.930	34.547.003	3.875.533	12.625.640
2015	56.517.183	55.700.884	7.349.441	18.961.029	2015	34.251.722	35.157.063	4.066.812	13.012.564
2016	53.195.333	53.331.369	2.872.759	19.213.702	2016	36.473.635	34.337.147	1.744.010	13.317.208

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.

Estado do Paraná					Estado da Bahia				
RCL e grandes agregados de despesa					RCL e grandes agregados de despesa				
Em R\$ 1.000,00 constes pelo IPCA.					Em R\$ 1.000,00 constes pelo IPCA.				
Ano	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Previdência	Ano	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Previdência
2002	18.959.700	15.526.077	2.555.075	2.993.052	2002	19.135.095	14.927.535	2.540.695	2.156.438
2003	18.270.940	14.803.004	2.563.174	3.331.591	2003	18.974.085	15.302.547	2.914.003	2.164.346
2004	19.012.096	15.249.854	2.369.325	3.551.856	2004	21.387.181	17.404.487	2.776.081	2.424.200
2005	19.996.584	16.157.252	2.349.286	3.515.018	2005	22.256.324	18.223.833	2.757.467	2.609.991
2006	21.034.674	17.561.228	2.004.055	3.802.722	2006	23.827.033	19.459.999	3.014.729	2.956.098
2007	22.204.807	18.923.273	2.067.018	4.201.755	2007	23.463.941	18.544.130	3.163.197	3.226.741
2008	24.433.646	20.455.712	2.087.208	4.310.671	2008	25.159.356	20.383.805	3.353.596	3.525.861
2009	24.460.531	21.202.636	2.053.386	4.441.608	2009	24.954.623	21.872.685	2.831.068	3.890.759
2010	26.010.318	22.379.690	1.984.153	5.116.788	2010	28.220.331	24.396.605	2.079.737	4.184.868
2011	27.950.518	24.573.094	1.820.066	5.681.820	2011	29.378.649	25.717.289	1.997.368	4.647.277
2012	29.144.258	26.467.321	1.806.954	6.969.752	2012	31.367.585	27.670.627	2.072.582	5.229.678
2013	33.505.062	28.204.788	1.761.438	7.494.579	2013	31.740.297	28.591.483	2.747.312	5.514.201
2014	35.035.351	31.721.916	1.842.593	7.805.823	2014	33.271.816	29.536.978	1.589.098	5.896.301
2015	36.103.301	31.213.658	1.897.498	7.817.645	2015	32.229.637	29.637.333	1.727.617	6.158.149
2016	35.796.510	32.915.985	1.053.267	8.476.894	2016	31.574.527	29.299.386	1.345.039	7.191.682

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.

Estado de Pernambuco					Estado de Santa Catarina				
RCL e grandes agregados de despesa					RCL e grandes agregados de despesa				
Em R\$ 1.000,00 constes pelo IPCA.					Em R\$ 1.000,00 constes pelo IPCA.				
Ano	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Previdência	Ano	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Previdência
2002	13.026.966	11.713.028	1.422.270	2.506.643	2002	11.100.888	9.635.063	1.643.444	2.342.382
2003	12.039.499	10.833.802	1.296.976	2.320.393	2003	10.143.301	9.646.751	1.362.920	2.375.814
2004	13.422.966	11.880.512	1.244.706	2.605.349	2004	11.814.463	9.794.855	1.431.563	2.436.103
2005	15.223.982	13.071.468	1.294.279	2.700.108	2005	13.304.290	10.684.161	1.486.606	2.479.933
2006	17.224.721	11.841.899	1.322.707	2.864.656	2006	12.321.089	11.441.854	1.616.422	2.760.679
2007	15.025.603	12.523.514	1.194.296	3.027.604	2007	15.252.837	12.138.417	1.704.712	2.917.659
2008	17.128.698	14.348.293	1.222.992	3.279.613	2008	17.605.543	12.951.123	1.859.202	2.968.035
2009	17.301.087	15.984.820	1.220.042	3.369.146	2009	16.689.344	13.662.217	1.996.694	3.109.719
2010	19.566.648	17.823.243	927.421	3.515.003	2010	18.468.379	15.124.565	1.870.055	3.552.939
2011	21.379.739	18.766.664	1.011.635	3.705.371	2011	20.108.596	16.350.208	2.118.038	3.915.812
2012	21.835.347	20.074.307	1.208.958	4.030.241	2012	20.149.491	17.283.905	4.315.914	4.233.377
2013	22.614.986	20.129.749	1.383.310	4.208.742	2013	20.741.951	18.268.071	2.838.170	4.475.629
2014	22.945.163	21.920.436	1.365.251	4.534.570	2014	21.920.697	19.465.459	1.627.617	4.937.525
2015	22.389.152	20.537.063	1.556.661	4.614.327	2015	21.922.901	19.506.412	1.948.834	5.321.560
2016	21.736.433	19.673.891	1.326.733	4.520.671	2016	21.351.617	19.465.224	1.282.045	5.584.523

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.

Distrito Federal					Estado de Goiás				
RCL e grandes agregados de despesa					RCL e grandes agregados de despesa				
Em R\$ 1.000,00 constes pelo IPCA.					Em R\$ 1.000,00 constes pelo IPCA.				
Ano	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Previdência	Ano	RCL	Pessoal + ODC	Serviço da dívida	Previdência
2002	17.405.517	15.851.401	483.295	3.255.921	2002	9.245.975	8.604.297	1.043.660	1.987.408
2003	10.957.299	9.814.690	376.266	1.170.881	2003	10.392.783	8.609.677	1.133.094	1.872.981
2004	11.716.953	10.212.218	363.285	1.094.551	2004	11.512.256	9.936.695	1.236.857	1.943.547
2005	12.761.821	11.125.078	336.563	1.140.229	2005	11.853.200	9.822.478	1.316.021	2.012.611
2006	13.946.327	12.608.869	341.248	1.275.441	2006	12.166.005	10.398.094	1.538.198	2.240.971
2007	14.903.524	12.499.106	353.931	1.393.966	2007	13.613.259	11.681.397	1.540.060	2.410.637
2008	16.619.816	14.410.819	354.951	1.527.413	2008	15.134.631	12.357.623	1.664.864	2.460.750
2009	16.980.391	15.698.945	401.451	1.538.890	2009	14.672.682	12.628.339	1.738.061	2.615.799
2010	18.125.656	16.312.924	405.126	1.753.264	2010	16.367.975	14.214.813	1.747.924	1.955.360
2011	18.884.714	17.417.018	410.300	1.898.698	2011	18.382.560	14.799.748	4.226.184	3.015.963
2012	19.740.779	18.267.085	413.351	1.989.379	2012	19.435.087	16.920.129	2.767.630	3.433.009
2013	20.513.155	19.319.239	411.258	1.804.649	2013	19.877.055	17.044.112	2.904.597	2.968.902
2014	21.247.680	19.796.552	439.374	1.947.837	2014	20.441.193	17.681.611	3.187.857	3.182.423
2015	27.328.865	28.768.174	509.884	6.225.732	2015	19.603.602	17.924.483	2.885.252	3.517.191
2016	25.683.444	25.196.334	421.392	5.684.301	2016	19.921.865	17.719.766	1.941.429	3.518.335

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.

Fonte: STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.